



FELLIPE MATOS GUERRA

**O USO DA TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE BRASILEIRA E
A PERSPECTIVA PARA O FUTURO**

Relatório apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para cumprimento do programa de pós-doutoramento em Ciência da Informação, sob a supervisão do Prof. Doutor Luís Borges Gouveia.

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2023

O USO DA TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE BRASILEIRA E A PERSPECTIVA PARA O FUTURO

FELLIPE MATOS GUERRA

RESUMO

A pesquisa aborda a percepção dos contadores brasileiros acerca do uso da tecnologia na prática contábil. Através de envio de formulário com perguntas fechadas para contadores atuantes no Brasil, tendo sido validado 244 respondentes, buscou-se compreender como estes profissionais utilizam a tecnologia a seu favor e quais são os desafios para o futuro da profissão contábil. Os dados foram coletados com escala de *Linkert* e uso da estatística descritiva. Os achados da pesquisa revelam que: a) 6,2% dos contadores atuam sem uso de sistema contábil colocando em risco a geração da informação para o empresário e riscos eminentes de envio de informações erradas para o governo; b) 60,5% utilizam sistemas contábeis para apurar impostos; c) Existe grande espaço para o crescimento da contabilidade digital, a medida que 45,7% dos contadores não indicam nenhum sistema de gestão financeira para as empresas; d) 83% acreditam que para prestar um bom serviço contábil é necessário a utilização de diversos sistemas integrados; e) 74,8% se julgam conhecedores de sistemas contábeis; f) 72,9% concordam que os SPEDs estão cada vez melhores e mais fáceis de manusear; g) 88,7% afirmam se interessar cada vez mais em ferramentas tecnológicas que irão auxiliar na prática da atuação contábil e/ou fiscal; h) 95,7% concordam que o profissional contábil do futuro é aquele que usa tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos e entregando informações financeiras e de custos relevantes; i) 90,3% concordam que existe melhora substancial dos sistemas e da interface junto ao governo com intuito de envio dessas informações; j) 62% acreditam a contabilidade tradicional irá ceder espaço para a contabilidade digital.

O papel da tecnologia na profissão contábil é de extrema relevância com intuito de mitigar erros, minimizar retrabalhos, eliminar tarefas manuais, obter ganho de escala na empresa contábil, gerar informações tempestivas para o gestor do negócio, prestar informações confiáveis para o governo, além de outros benefícios.

Palavras-chave: Tecnologia, Contabilidade, Sistemas Contábeis, Prática Contábil.

O USO DA TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE BRASILEIRA E A PERSPECTIVA PARA O FUTURO

FELLIPE MATOS GUERRA

ABSTRACT

The research addresses the perception of Brazilian accountants regarding the use of technology in accounting practice. By sending taking a survey with closed questions to accountants working in Brazil, we managed to have validated 244 respondents. As a result we sought to understand how these professionals use technology in their favor and what the challenges are for the future of the accounting profession. Data were collected using the Linkert Scale and the following treatment was made using descriptive statistics. The survey findings reveal that: a) 6.2% of accountants work without using an accounting system, putting the generation of information at risk for the entrepreneur and imminent risks of sending wrong information to the government; b) 60.5% use accounting systems to calculate taxes; c) There is a clear space for the growth of digital accounting, as 45.7% of accountants do not indicate any financial management system for companies; d) 83% believe that to provide a good accounting service it is necessary to use several integrated systems; e) 74.8% consider themselves knowledgeable of accounting systems; f) 72.9% agree that SPEDs are getting better and easier to handle; g) 88.7% claim to be increasingly interested in technological tools that will help in the practice of accounting and/or tax performance; h) 95.7% agree that the accounting professional of the future is the one who uses technology to optimize processes, reduce human errors and deliver relevant financial and cost information; i) 90.3% agree that there is a substantial improvement in the systems and the interface with the government in order to send this information; j) 62% believe traditional accounting will give way to digital accounting.

The role of technology in the accounting profession is extremely relevant in order to mitigate errors, minimize rework, eliminate manual tasks, gain scale in the accounting company, generate timely information for the business manager, providing reliable information to the government, in addition to other benefits.

Keywords: Technology, Accounting, Accounting Systems, Accounting Practice.

DEDICATÓRIA

Chegar ao fim de mais uma etapa representa mais uma vitória. Mas certamente, a vida não é feita só de vitórias. Hoje estou aqui colhendo uma vitória sem esquecer dos dias amargos e tristes que com certeza me trouxeram até aqui. Dedico a felicidade do término desse ciclo a minha família que é minha base, apoio e fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Muitos merecem meu agradecimento, mas irei começar pelo orientador desse trabalho, Prof. Dr. Luis Borges Gouveia que aceitou o desafio dessa orientação. O caminho trilhado unindo tecnologia e contabilidade foi desafiador e essa parceria tem rendido bons frutos como capítulos de livro e pesquisas publicadas em revistas acadêmicas. Deixo aqui minhas sinceras honrarias e respeito ao ilustre professor o qual tanto admiro.

Agradeço minha família que sempre está ao meu lado por mais difícil que seja a circunstância. Pai, mãe e esposa vocês são meu apoio. Filhos vocês são minha fonte de inspiração para continuar progredindo.

Agradeço aos professores da graduação que tive que tanto me inspiraram. Alguns foram verdadeira fonte de energia para continuar progredindo nos estudos. Aos professores do mestrado e doutorado, lugar em que aprendi a desenvolver pesquisas e a compreender a vida sob outro ângulo, me desafiando a questionar ainda mais o mundo.

Agradeço aos meus sócios que trabalham comigo diariamente. Vocês são pessoas incríveis que tenho a sorte de dividir momentos bons e as vezes ruins, mas é assim que vamos fortificando nossos laços.

Por fim, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela graça de chegar em lugares que jamais imaginei chegar.

TABELA DE CONTEÚDOS

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	7
Capítulo 1: INTRODUÇÃO	
1.1 Introdução.....	9
1.2 Objetivo do trabalho.....	10
1.3 Coleta e tratamento dos dados.....	10
Capítulo 2: REVISÃO DA LITERATURA	
2.1 Contabilidade como sistema de informação.....	13
2.2 Contabilidade digital.....	14
2.3 Prestação de contas da empresa ao governo.....	16
Capítulo 3: ANÁLISE DOS DADOS.....	17
Capítulo 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30
MEMORIAL DESCRITIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	33

Anexo 1: Capítulo de livro publicado na obra: Gestão da Informação Para a Transformação Digital, Organizador: Luis Borges Gouveia, Conhecimento Editora: Belo Horizonte, 2022 intitulado: Mudanças no sistema de informação contábil causado pela tecnologia: Uma análise antes e depois do SPED.

Anexo 2: Artigo publicado na Revista Abracicon Saber ISSN 2357-7428, Edição nº41 (Ago-Out 2022) intitulado: Dificuldades encontradas pelos contadores brasileiros ao enviar informações contábeis e fiscais para o governo.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Escala de *Likert* com 5 respostas.....
- Figura 2:** Pergunta 1 – Você atua como contador(a) ou técnico(a) em contabilidade executando tarefas contábeis, ou fiscais ou de folha de pagamento para uma ou diversas empresas?.....
- Figura 3:** Pergunta 2 – Há quanto tempo você atua na área?.....
- Figura 4:** Pergunta 3 – Qual sistema contábil você utiliza atualmente?.....
- Figura 5:** Pergunta 4 – As notas fiscais de venda ou de prestação de serviços emitidas pela empresa são coletadas de que forma?.....
- Figura 6:** Pergunta 5 – As apurações dos tributos são feitas de que forma?.....
- Figura 7:** Pergunta 6 – Qual gestor financeiro usualmente que você ou sua organização contábil mais recomenda para os clientes?.....
- Figura 8:** Pergunta 7 – Para prestar um excelente serviço contábil é necessário utilizar diversos sistemas tecnológicos integrados.....
- Figura 9:** Pergunta 8 – Seu nível de conhecimento tecnológico com as ferramentas dos sistemas contábeis é muito alto.....
- Figura 10:** Pergunta 9 – O empresário identifica valor num serviço contábil que utiliza sistemas integrados e gera relatórios de gestão e indicadores financeiros e não financeiros.....
- Figura 11:** Pergunta 10 – Você ou sua organização contábil oferta serviços com entrega de relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros.....
- Figura 12:** Pergunta 11 – Como profissional na área contábil e/ou tributária eu passo mais tempo me atualizando profissionalmente do que aprendendo novas ferramentas e sistemas tecnológicos.....
- Figura 13:** Pergunta 12 – O uso de sistemas contábeis facilita a geração dos arquivos para importação nos diversos SPEDs (EFD Contribuições, ECD, ECF, ICMS-IPÍ).....
- Figura 14:** Pergunta 13 – Os diversos SPEDs existentes estão cada vez melhores de manusear e com geração de menos erros.....
- Figura 15:** Pergunta 14 – A cada dia que passa eu me interessando mais em aprender ferramentas tecnológicas que auxiliam na prática da atuação contábil e/ou fiscal.....
- Figura 16:** Pergunta 15 – O Governo Brasileiro investe constantemente em tecnologia ao ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais. Ou seja, enviar informações para o Governo atualmente é mais fácil que antes.....

Figura 17: Pergunta 16 – O profissional contábil do futuro é aquele que usa tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos, além disso, ele foca no gerenciamento do negócio do cliente entregando informações financeiras e de custos relevantes.....

Figura 18: Pergunta 17 – Percebo nitidamente que desde que comecei a trabalhar com contabilidade e/ou fiscal os sistemas contábeis melhoraram e a interface com a Receita Federal estão cada vez melhores.....

Figura 19: Pergunta 18 – A contabilidade tradicional vai acabar pois a contabilidade digital irá tomar seu lugar.....

Capítulo 1: Introdução

1.1 Introdução

Pesquisas acadêmicas que falam sobre a prática contábil tem sido feitas de forma insipiente e pouco usuais. Guerreiro (2022), no Editorial do volume 33 e de número 90 da Revista Contabilidade & Finanças da USP (e, diga-se de passagem, que é uma das maiores revistas acadêmicas de contabilidade no Brasil), expôs sua indignação através de reflexão com as pesquisas em contabilidade que não são utilizadas para prática da profissão contábil. Neste editorial é exposto uma reflexão crítica sobre as pesquisas em contabilidade serem corriqueiramente demasiadamente teóricas e não usuais para a prática contábil, afirmando que existe uma lacuna entre a teoria e a prática contábil.

A ideia de pesquisar a prática contábil proposto nesta pesquisa tem o intuito de verificar a dificuldade dos contadores brasileiros em fazer a contabilidade, visto que o contador é o profissional que envia informações da empresa pra o governo. Certamente, o uso da tecnologia é de fundamental importância para a melhor atuação do contador com intuito de minimizar erros, retrabalhos e envio de informações confiáveis da empresa para o governo.

A contabilidade sempre teve como escopo central ser útil e relevante para a tomada de decisão auxiliando a gestão das empresas, especificamente sobre os temas relativos as decisões financeiras, desempenho organizacional e de lucratividade. Desde os primórdios da civilização que se adota critérios contábeis para mensuração de desempenho para as atividades empresariais, e a contabilidade vem sendo utilizada largamente como um sistema de informação (SÁ, 2006).

Apesar desse sistema de informação ter sido aprimorado ao longo dos anos, a geração da informação financeira e econômica para a tomada de decisão sempre foi a essência das informações geradas por esse sistema contábil. Esse sistema sendo rude ou sofisticado tem único propósito que é auxiliar a gestão do negócio para a tomada de decisão com informações financeiras, fiscais e de lucratividade. Obviamente, esse sistema de informação contábil é tão antigo quanto a humanidade e utilizado antes mesmo da escrita, sendo hoje regido por um sistema contábil informatizado apoiado com uso de sistemas e *software*. A tecnologia é parte integrante na prestação do serviço contábil.

Seria improdutivo e demasiadamente desfocado escrever sobre a evolução do sistema contábil, mas atualmente esse sistema contábil é fortemente apoiado por ambiente tecnológico com uso de diversos sistemas e *software*. Aliás, não faltam pesquisas recentes que descrevem como a tecnologia é forte aliada à prática contábil. O uso intenso da tecnologia na contabilidade atual, suscita inclusive a ideia de que a profissão contábil irá acabar, o que é uma perspectiva totalmente apoiada na tecnologia a qual despreza nitidamente a ideia subjacente que o serviço contábil é amplamente amparada pela mão de obra qualificada. Ou seja, por mais que a tecnologia apoie e facilite a execução do serviço contábil, a consultoria do contador é fator primordial para a prosperidade dos negócios, não bastando apenas a inteligência artificial. Na área de medicina por exemplo, tem-se a chegada de robôs com alta tecnologia os quais auxiliam o médico a fazer cirurgias a quilômetros de distância, mas a relevância do médico é indiscutível, ainda que a execução do serviço seja feita através do uso da tecnologia. A tecnologia é meio e não

fim para a execução do serviço e a mão de obra qualificada continuará a ser largamente demandada, ainda que sistema e tecnologia sejam aprimorados.

Pesquisas mostram como a tecnologia impacta nas rotinas das organizações contábeis, visto que a demanda de trabalho do contador é apurar e reportar à empresa e ao governo as informações do negócio. O trabalho rotineiro do contador de enviar informações para o governo é demasiadamente árduo e complexo por vários motivos. O primeiro é por conta do sistema operacional disponibilizado pelo governo que em muitas vezes gera erro na geração dos arquivos; o segundo está relacionado ao uso do sistema contábil que o contador utiliza o qual pode gerar arquivos corrompidos no sistema do governo o que implica novamente na geração de e erros dessas informações da empresa para o governo. O fato é que para correta atuação do contador é necessário o manuseio de informações e envio delas para o governo através do uso de sistemas e integração de dados com o uso das tecnologias de informação. Mas na prática existe uma dificuldade em manusear essas informações e enviá-las para o governo.

1.2 Objetivo do trabalho

A contabilidade é fonte de informação para diversos usuários, sendo um desses usuários o Governo. Certamente, toda empresa entregará informações de diversas áreas de sua atuação empresarial ao Governo. Essas informações são de formato padrão, e são fornecidas pelo contador à medida em que o Governo solicite e exija que determinadas informações sejam entregues pela empresa.

O objetivo desse trabalho é apurar o uso da tecnologia pelos contadores brasileiros com intuito de verificar se existe dificuldade algum tipo de empecilho imposto pelo governo. Em diversas organizações contábeis, faz-se o uso de sistemas contábeis que tem o objetivo de preparar as informações para o Governo. A pesquisa abordará também a perspectiva de futuro, onde pontará quais consequências esperadas nas rotinas do contador diante do uso da tecnologia.

Posto isto, o problema que essa pesquisa irá responder é: **De que forma a tecnologia aplicada à prestação de serviços contábeis tem sido utilizada pelos contadores brasileiros?**

De forma secundária, a pesquisa analisará como os contadores brasileiros utilizam as tecnologias de sistemas contábeis para a prestação do serviço contábil. Sabe-se que a tecnologia tem sido grande aliada na execução de serviços em diversas áreas de atuação, e que isso não é diferente no serviço contábil. Diversas empresas de tecnologia oferecem sistemas para empresas contábeis com intuito de agilizar os processos, gerar confiabilidade e otimizar tarefas. A rotina contábil é afetada demasiadamente com a utilização da tecnologia e o uso desta é uma opção feita pelo contador com intuito de se tornar mais eficiente.

1.3 Coleta e tratamento dos dados

Com intuito de responder o problema de pesquisa, será utilizado como instrumento para coleta de dados a técnica de entrevista com perguntas abertas e fechadas a ser feita junto aos contabilistas que atuam no Brasil.

A entrevista junto aos respondentes será feita através da plataforma *Google Forms*, o qual disponibiliza o formulário de pesquisa gratuito e de elevada confiabilidade permitindo assim coletar informações com vários tipos de respostas, sendo abertas e/ou fechadas. Os respondentes serão obrigatoriamente contabilistas que atuam no Brasil. A técnica da entrevista com uso de formulários é largamente utilizada em pesquisas, podendo inclusive capaz de produzir conhecimento novo a respeito de uma área ou fenômeno (ROSA e ARNOLDI, 2006).

O formulário de pesquisa aplicado será no formato da Escala de *Likert* com 5 possíveis respostas, devendo o respondente escolher apenas uma. Dessa forma, através da Escala de *Likert* será possível compreender dentre a população pesquisada o nível de uso da tecnologia para a prestação de serviços contábeis. Considerando a Escala de *Likert* com possibilidade de respostas com números ímpares, será utilizado a régua com 5 possíveis respostas a saber: 1) Discordo totalmente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo totalmente, conforme ilustra a Figura 1. Além das perguntas com respostas no formato de Escala de *Likert* será permitido em determinada questão o respondente relatar sua opinião acerca das maiores dificuldades em enviar informações contábeis e fiscais para o Governo.

Figura 1: Escala de *Likert* com 5 respostas

Discordo totalmente <input type="radio"/>	Discordo <input type="radio"/>	Nem concordo e nem discordo <input type="radio"/>	Concordo <input type="radio"/>	Concordo totalmente <input type="radio"/>
--	-----------------------------------	--	-----------------------------------	--

Fonte: Botelho (p. 32, 2022)

O formulário de pesquisa aplicado junto aos contabilistas brasileiros contém perguntas abertas, tendo sido eliminado da coleta aqueles que marcaram a opção inicial “*não atuam na contabilidade.*” Com isso, garantimos que somente os que enviam informações para o governo são contadores atuantes e estão aptos para participar da pesquisa. Em seguida faz-se diversas perguntas relacionadas ao uso da tecnologia para enviar informações contábeis e fiscais junto ao Governo.

Tabela 1: Formulário de pesquisa aplicado com perguntas feita aos contadores brasileiros

Pergunta 1: Você atua como contador(a) ou técnico(a) em contabilidade executando tarefas contábeis, ou fiscais ou de folha de pagamento para uma ou diversas empresas?

Pergunta 2: Há quanto tempo você atua na área?

Pergunta 3: Qual sistema contábil você utiliza atualmente?

Pergunta 4: As notas fiscais de venda ou de prestação de serviços emitidas pela empresa são coletadas de que forma?

Pergunta 5: As apurações dos tributos são feitas de que forma?

Pergunta 6: Qual gestor financeiro usualmente que você ou sua organização contábil mais recomenda para os clientes?

Pergunta 7: Para prestar um excelente serviço contábil é necessário utilizar diversos sistemas tecnológicos integrados

Pergunta 8: Seu nível de conhecimento tecnológico com as ferramentas dos sistemas contábeis é muito alto

Pergunta 9: O empresário identifica valor num serviço contábil que utiliza sistemas integrados e gera relatórios de gestão e indicadores financeiros e não financeiros

Pergunta 10: Você ou sua organização contábil oferta serviços com entrega de relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros

Pergunta 11: Como profissional na área contábil e/ou tributária eu passo mais tempo me atualizando profissionalmente do que aprendendo novas ferramentas e sistemas tecnológicos

Pergunta 12: O uso de sistemas contábeis facilita a geração dos arquivos para importação nos diversos SPEDs (EFD Contribuições, ECD, ECF, ICMS-IPI)

Pergunta 13: Os diversos SPEDs existentes estão cada vez melhores de manusear e com geração de menos erros

Pergunta 14: A cada dia que passa eu me interessando mais em aprender ferramentas tecnológicas que auxiliam na prática da atuação contábil e/ou fiscal

Pergunta 15: O Governo Brasileiro investe constantemente em tecnologia ao ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais. Ou seja, enviar informações para o Governo atualmente é mais fácil que antes.

Pergunta 16: O profissional contábil do futuro é aquele que usa tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos, além disso, ele foca no gerenciamento do negócio do cliente entregando informações financeiras e de custos relevantes

Pergunta 17: Percebo nitidamente que desde que comecei a trabalhar com contabilidade e/ou fiscal os sistemas contábeis melhoraram e a interface com a Receita Federal estão cada vez melhores

Pergunta 18: A contabilidade tradicional vai acabar pois a contabilidade digital irá tomar seu lugar

Fonte: Dados da pesquisa

As 18 perguntas da pesquisa foram enviadas para diversos contadores brasileiros onde participou da pesquisa 258 respondentes, sendo sido validados 244 formulários devido ao

fato de ter sido excluído os respondentes que não são atuantes em contabilidade. Essa medida trás confiabilidade ao tratamento dos dados, a medida que serão analisados somente as respostas dos contadores atuantes. As respostas serão tratadas com utilização da estatística descritiva na Escala de *Linket* com 5 pontuações, sendo um ponto neutro, conforme exposto na Figura 1. Será feito o somatório dos percentuais das respostas concordo totalmente e concordo parcialmente, sendo este somatório o total de pessoas concordantes com a pergunta; e será feito o somatório dos percentuais das respostas discordo totalmente e discordo parcialmente, sendo este somatório o total de pessoas não concordantes com a pergunta.

Capítulo 2: Revisão da Literatura

2.1 Contabilidade como sistema de informação

A contabilidade é um sistema de informação e na atualidade ela deve gerar informações para a gestão da empresa, para o governo e para a sociedade, para citar alguns usuários da informação contábil. São diversos usuários das informações contábeis e cada um deles anseia um tipo diferente de informação. Um sistema de informação contábil de acordo com Xavier, Carraro & Rodrigues (2020, p. 36) “registra, processa e relata transações para fornecer informações, financeiras e não financeiras, para tomar decisões e ter níveis apropriados de controles internos dessas operações.”

Focando especificamente na informação contábil entregue para o governo percebe-se que esta deve conter uma série de requisitos legais e de confiabilidade, sendo esta gerada pelo profissional da contabilidade. Estas informações necessitam estar em conformidade para não gerar problema, multas fiscais ou retrabalho, e isto permeia pelo uso de um bom sistema contábil, que possa garantir maior confiabilidade no tratamento dos dados contábeis e fiscais entregues ao governo. Conforme ilustra a Figura 1, o esquema de informações e prestações de contas da empresa junto ao governo é de maneira resumida gerar e enviar informações para o governo através do uso de programas específicos disponibilizados pelo próprio governo com uso da Internet.

Figura 1: Modelo básico do envio da informação da empresa para o governo



Fonte: Guerra e Gouveia (2020, p. 88)

De acordo com Sá (2006), a forma como a contabilidade vem escriturando os dados financeiros vem mudando desde 1930, mas que ganhou grande avanço após 1960, quando se passou a padronizar a forma de escrituração em contas.

Afirma Silva *et. al.* (2020) “que a partir da década de 1980, houve o surgimento do processo eletrônico, ao qual a escrituração é feita por meio de computadores e microcomputadores, que viabilizam o trabalho da contabilidade, tornando-a mais simples e rápida.” Com a chegada de *software* contábil específico que além de agilizar a registrar os lançamentos contábeis, geram balanços e demonstrativos contábeis (Andrade, 2020). De acordo com SILVA *et. al.* (2020):

Enquanto algumas décadas atrás o profissional da contabilidade, conhecido por “guarda-livros”, tinha que possuir apenas o conhecimento das partidas

dobradas e conceituação de contas, o profissional da atualidade já deve possuir o conhecimento adicional de sistemas e tecnologia.

2.2 Contabilidade digital

A contabilidade digital vem ganhando cada vez mais espaço, e nesse modelo de negócio o empresário faz no sistema a conciliação bancária facilitando o trabalho do contador. Na opinião de Filho *et. al.* (2022, p. 32) “*a chegada da era digital é uma das inovações que aconteceu nas áreas de atuação profissional, inclusive na área contábil. E, seguramente, é o marco mais importante dos tempos atuais.*” Na opinião de Staats e de Macedo (2021, p. 349) “*a contabilidade digital permite que o contador atue de forma consultiva, o que se torna seu grande diferencial, aliado ao relacionamento com o cliente e integração de sistemas.*” Sabe-se que a contabilidade digital foi criada nos EUA e possui o conceito de “*faça você mesmo*”, mas ela apresenta grandes riscos de gerar informações erradas conforme expõe Breda (2019):

Com início nos Estados Unidos e na Europa, a Contabilidade “Faça você mesmo”, em inglês *Do it yourself* (DIY), vem ganhando espaço no mercado brasileiro. Nessa modalidade, o empresário é responsável por incluir em um sistema interligado ao profissional da contabilidade todas as informações sobre as operações realizadas pela empresa, e é esse processo que tem despertado controvérsias, pois aumenta o risco de distorções nas informações produzidas pelo sistema, uma vez que a inserção dos dados contábeis não é realizada sob a supervisão direta de um profissional da contabilidade.

A tecnologia potencializou a prestação de serviços contábeis de forma digital e com a chegada da Internet e utilização de *software online*, a contabilidade digital passou a promover integração do profissional contábil e de seus clientes (Albuquerque Filho & Lopes, 2021). A nova contabilidade digital trouxe mais agilidade e com redução de erros. Corroborando com essa ideia Filho (2022, p. 34) o qual declara:

A atividade contábil se torna mais produtiva, célere e apresenta menor possibilidade de erros. Enquanto que as demais atividades manuais e, especificamente as com uso do papel, ficam consideravelmente reduzidas. Torna-se importante destacar que, nesse contexto, o profissional de contabilidade não está perdendo espaço no seu mercado de trabalho. Ao contrário, a profissão está ganhando expressão e se tornando promissora frente as atuais exigências e necessidades do mercado.

A vantagem do uso da tecnologia e *software* contábil é que o contador poderá se dedicar às atividades de gestão. O uso de sistemas contábeis facilita as rotinas cotidianas permitindo o contador otimizar tarefas. De acordo com Breda (2019):

No campo operacional, o *software* de gestão contábil pode otimizar processos e facilitar tarefas rotineiras, deixando mais tempo disponível para que o profissional se dedique à maximização dos resultados da gestão.

Com a chegada da tecnologia e uso de *software* contábil os profissionais da contabilidade passaram dedicar tempo ao aprimoramento de suas competências tecnológicas. Houve uma melhora substancial na prestação de contas de informação das empresas para o governo a medida que tais informações passaram a ser geradas pelo próprio sistema contábil e inseridas no sistema de obrigações acessórias do governo. De acordo com Filho (2022, p. 31):

Dessa maneira, nota-se que a modernização do profissional contábil está diretamente ligada a era digital. O software impacta na apresentação das demonstrações e organização das obrigações acessórias para os contribuintes de uma maneira mais precisa e transparente, mostrando o aprimoramento dos processos de controle, e com isso tornando as informações acessíveis, através do cruzamento de dados e da auditoria eletrônica.

A contabilidade digital é resultado natural da evolução tecnológica que celeremente vem crescendo e modernizando a forma convencional de executar os serviços de pessoas físicas e jurídicas nas diversas áreas de atividades (Hodge, Kennedy & Maines, 2004).

Em relação ao contador do futuro diante do cenário altamente tecnológico ele assumirá a função de orientador num cenário de informações cada vez mais em dados. corrobora Guerreiro (2021, p. 384) que:

Novos caminhos e oportunidades serão criados, nos quais o futuro do contador assume, por exemplo, o papel de “*curador digital*” de informações empresariais, proporcionando relevância contextual e orientação através do labirinto de negócios cada vez mais focados em dados.

A contabilidade digital é a prestação de serviços contábeis com entrega de relatórios em tempo real. Essa contabilidade se torna realidade somente com uso de sistemas conforme opina Schapoo e Martins (2022, p. 5):

Na contabilidade digital, como denominam Andrade e Mehlecke (2020), o profissional possui todas as informações do negócio do seu cliente em tempo real, gerando a informação contábil com o auxílio de sistemas integrados em nuvem.

2.3 Prestação de contas da empresa ao governo

As empresas prestam contas ao governo enviando informações contábeis e/ou financeiras, sendo isto uma atribuição do contador. Desde 2007, o meio das empresas brasileiras enviarem diversas informações para o governo tem sido através dos programas SPEDs, que são diversos programas que devem ser preenchidos com diversas informações.

O SPED foi criado pelo decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e este faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) tendo como objetivo melhorar a relação entre fisco e contribuinte através da informatização. De acordo com Duarte (2011) o SPED:

[...] é um conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras no sentido de obter informações sobre todas as operações das empresas em formato eletrônico, ou seja, a vigilância em tempo real por parte do fisco.

Na opinião de Guerra (2019, p. 22) “*Em uma linguagem mais simplificada, o SPED trata-se de um grande sistema do governo Federal, que foi desenvolvido com o objetivo de receber as informações das empresas*”. O SPED representa uma evolução no conjunto de obrigações de natureza acessória, primando pela modernização da administração tributária que prioriza agilidade, segurança e eficiência na prestação de informações e no cumprimento das obrigações dos contribuintes.

De acordo com Câmara e dos Santos (2019, p. 11) “*Em decorrência da implantação do SPED, os contribuintes não mais remeterão as informações para cada um dos órgãos fiscalizadores em papel, mas sim por meio de sistema digital online.*”

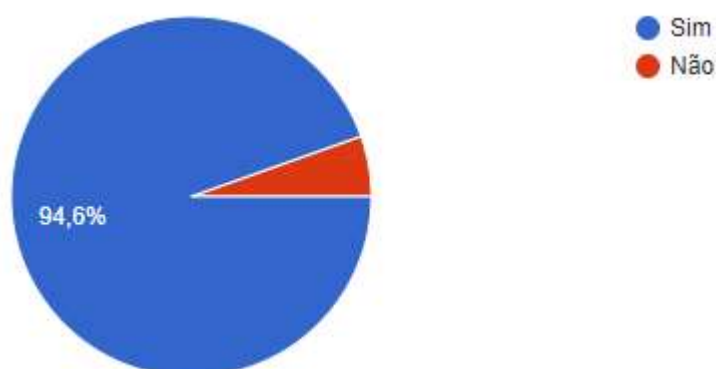
Com a chegada e evolução dos sistemas contábeis que auxiliam os contadores a gerarem informações de forma tempestiva às empresas, tem-se também a utilização desse mesmo sistema para geração de arquivos que são importados para os diversos SPEDs. Ao gerar esses arquivos nos sistemas contábeis eles são importados para os SPEDs, para na sequência ser enviada para o governo. Dessa forma, o sistema contábil serve para gerar informações contábeis para a empresa através da geração de livros contábeis e demonstrações contábeis, bem como para gerar arquivos para serem importados para os SPEDs e na sequência para o governo. Nessa linha de pensamento corrobora Ferreira (2016, p. 19):

A adoção do SPED pode desencadear consequências para todo o processo de produção da informação e utilização desta, o que poderia remeter a um uso capacitante de um processo de automação contábil.

Capítulo 3: Análise dos Resultados

Este capítulo abordará os dados levantados na pesquisa feita junto aos contadores brasileiros e tecerá comentários iniciais acerca dos achados. Essa análise de dados permitirá concluir no capítulo seguinte de que forma a tecnologia aplicada à prestação de serviços contábeis tem sido utilizada pelos contadores brasileiros, bem como apurar o nível de adesão à tecnologia pelos contadores brasileiros.

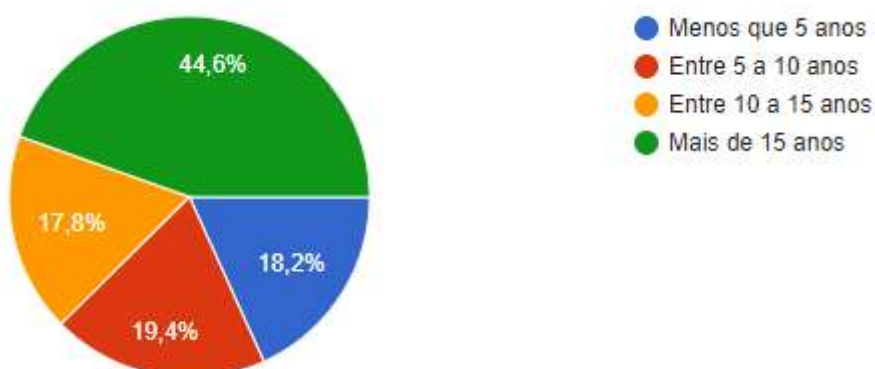
Figura 2: Pergunta 1 – Você atua como contador(a) ou técnico(a) em contabilidade executando tarefas contábeis, ou fiscais ou de folha de pagamento para uma ou diversas empresas?



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a pergunta inicial foi obtida 258 respostas, sendo excluído a parcela de pessoas que não trabalham efetivamente na área contábil e/ou fiscal. Dessa forma, tornou-se válido para a pesquisa uma população de 244 respondentes que são efetivamente atuantes na contabilidade.

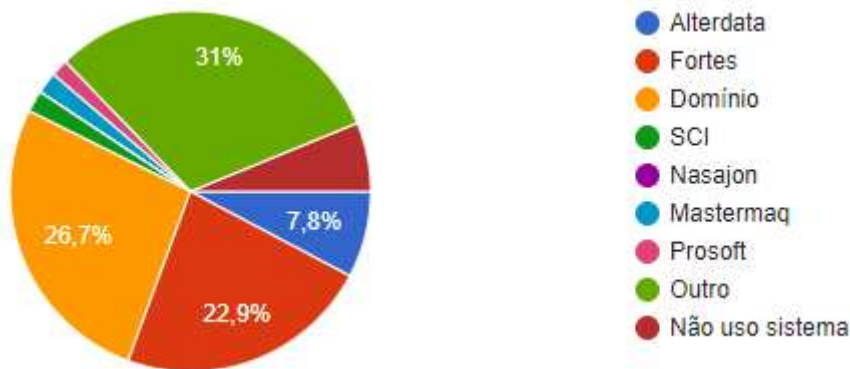
Figura 3: Pergunta 2 – Há quanto tempo você atua na área?



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao tempo de trabalho na área contábil a maioria dos respondentes trabalham por mais de 15 anos, o qual representa 44,6% dos respondentes aptos. Na sequência, tem aqueles que trabalham dentre 5 a 10 anos, representando 19,4% da população válida, 18,2% da população que trabalha a menos de 5 anos na área e finalmente o grupo de 17,8% que trabalha entre 10 e 15 anos na área contábil.

Figura 4: Pergunta 3 – Qual sistema contábil você utiliza atualmente?



Fonte: Dados da pesquisa

No Brasil, existem diversos sistemas contábeis que auxiliam as organizações contábeis a prestarem os serviços. Esses sistemas são utilizados com intuito de gerar arquivos para importar para o programa do governo, para na sequência, o contador enviar a informação para o governo. Ou seja, com intuito de agilizar a informação para o governo, utiliza-se sistemas. Como são diversos sistemas disponíveis e cabíveis de serem utilizados, os respondentes da pesquisa declaram que a maioria, totalizando 26,7% utilizam o sistema Domínio, 22,9% utilizam o sistema Fortes, 7,8% utilizam Alterdata e 6,5% não utilizam sistemas contábeis para prestar o serviço contábil. 31% dos respondentes utilizam outros sistemas que não foi elencando como possível resposta. Os demais sistemas disponíveis para resposta como SCI, Mastermaq, Prosoft, e Nasajon não ultrapassam 2%. Os contadores que não usam sistema acumulam 6,2%.

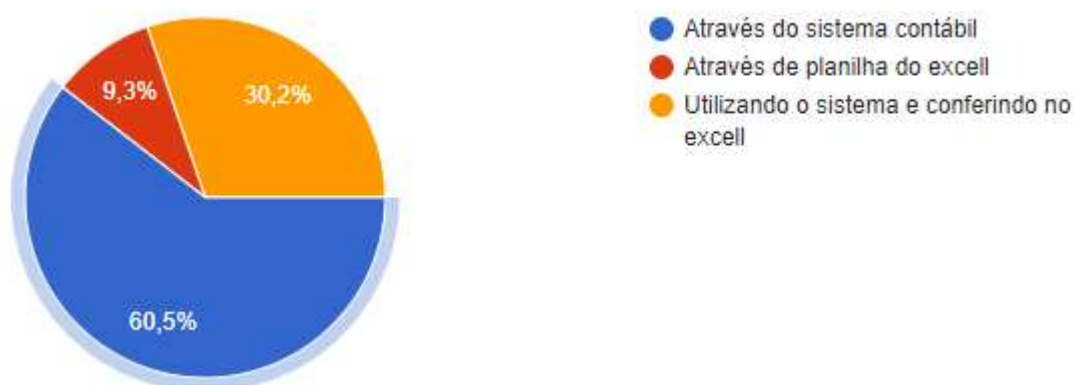
Figura 5: Pergunta 4 – As notas fiscais de venda ou de prestação de serviços emitidas pela empresa são coletadas de que forma?



Fonte: Dados da pesquisa

Toda empresa emite nota fiscal, que é o documento probante da operação de venda ou prestação de serviços. Para cada operação é emitida uma nota fiscal o qual é importada para o sistema contábil via integração API. Essa integração auxilia muito o trabalho do contador pois a tecnologia aplicada nesse método de importação das notas fiscais agiliza a apuração dos impostos, os quais são determinados de acordo com o faturamento da empresa. Nesse quesito, 43% dos respondentes coletam as notas fiscais de venda ou serviços diretamente no sítio do governo, sendo este um trabalho manual e demasiadamente cansativo. Percebe-se também que 5,8% dos contadores não captam notas fiscais por nenhum tipo de acesso. A maioria dos contadores não utilizam sistemas para coletar de forma automática as notas. A coleta dessas notas fiscais diretamente no sítio do governo torna o trabalho do contador moroso e com muitas etapas a serem seguidas. Na prática, essas notas são salvas e depois importadas para o sistema, e isso trás como consequência um trabalho adicional de inclusão destas no sistema. Apenas 36,4% dos contadores respondentes utilizam sistema próprio para coletar notas fiscais, o qual agiliza o trabalho contábil. 14,7% dos contadores solicitam tais notas fiscais para o cliente e 5,9% dos respondentes não coletam as notas fiscais ou solicitam aos clientes.

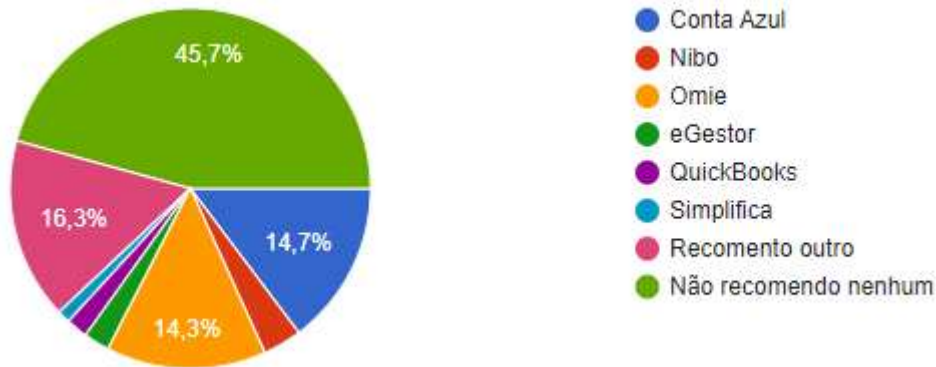
Figura 6: Pergunta 5 – As apurações dos tributos são feitas de que forma?



Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos contadores, no montante de 60,5% dos respondentes apuram os impostos com a utilização de um sistema contábil, e isso é um dado relevante. a medida que o uso da tecnologia ocupa grande espaço nas rotinas contábeis e tributárias. Os dados apurados revelam que 30,2% ainda fazem a conferência do calculo dos impostos através de planilha de MS Excel e 9,3% dos respondentes utilizam apenas planilha de MS Excel.

Figura 7: Pergunta 6 – Qual gestor financeiro usualmente que você ou sua organização contábil mais recomenda para os clientes?

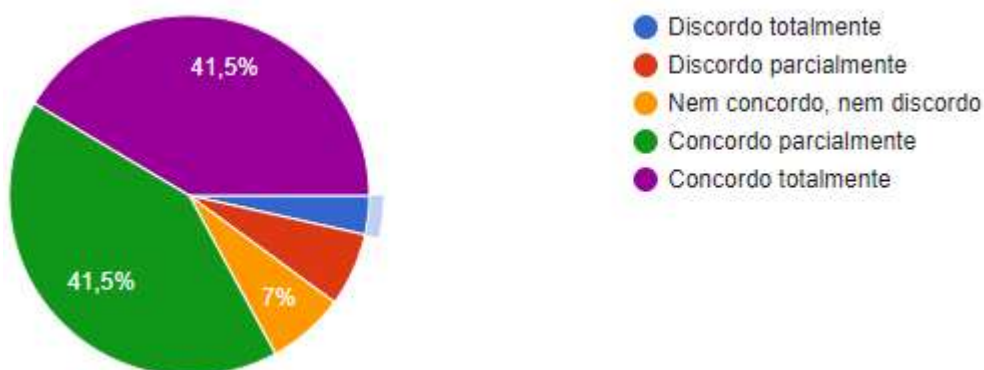


Fonte: Dados da pesquisa

Geralmente os contadores utilizam sistemas financeiros integrados, onde os empresários ou quem ele designe preenchem a plataforma do sistema financeiro e este é integrado junto à contabilidade. São diversos sistemas disponíveis que fazem o controle financeiro e este é integrado via API com o sistema contábil. Esses sistemas financeiros utilizados nas empresas quando integrado com o sistema contábil do contador garante agilidade, confiabilidade e entrega de relatórios contábeis mais precisos. A referida pergunta mostra que a maioria dos contadores respondentes não oferecem ao empresário nenhum sistema financeiro, acumulando 45,7% dos respondentes.

Por outro lado, os contadores que indicam sistemas financeiros para integrar com a contabilidade são números tímidos, evidenciando um grande mercado para prosperar. O sistema financeiro ERP mais indicado é o Conta Azul, alcançando índice de 14,7%, seguido pelo sistema Omie que alcançou 14,3%. Outros sistemas indicados pelos contadores mas não elencados nessa pesquisa alcança 16,3%. Já os sistemas Nibo, eGestor e QuickBooks não ultrapassam 2%.

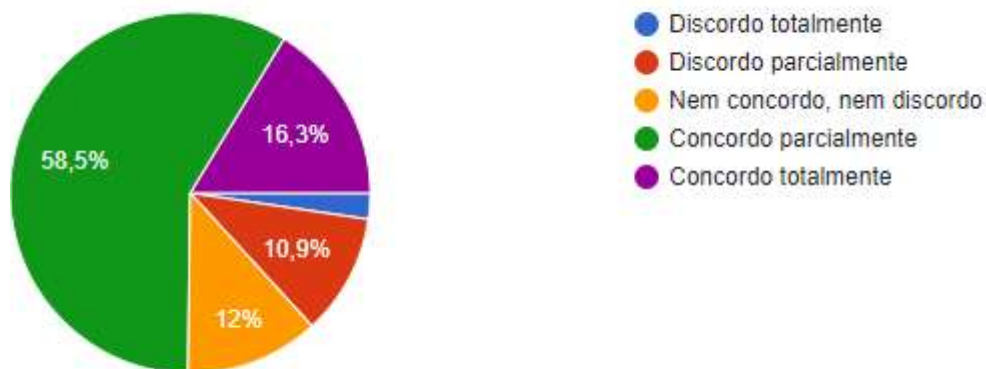
Figura 8: Pergunta 7 – Para prestar um excelente serviço contábil é necessário utilizar diversos sistemas tecnológicos integrados



Fonte: Dados da pesquisa

A referida pergunta evidencia que 83% dos respondentes concordam que para prestar um bom serviço contábil é necessário utilizar diversos sistemas contábeis de forma integrada. Apenas 10% dos contadores pesquisados discordam dessa afirmativa.

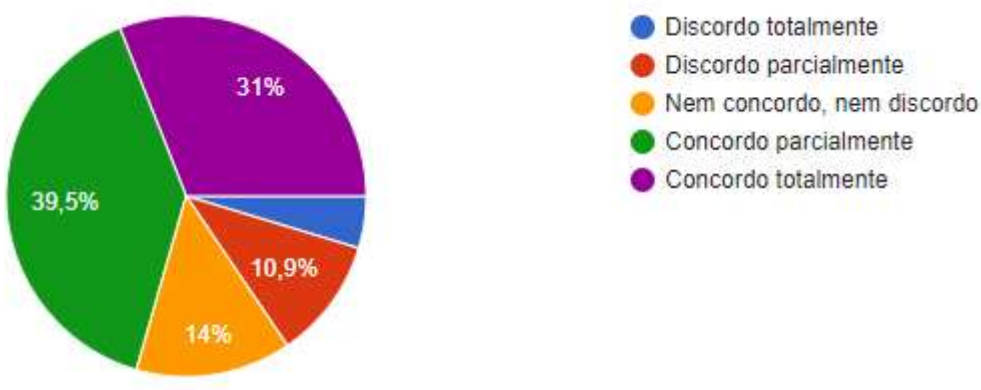
Figura 9: Pergunta 8 – Seu nível de conhecimento tecnológico com as ferramentas dos sistemas contábeis é muito alto



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao nível de conhecimento que cada contador declara ter sobre tecnologia e ferramenta de sistemas, observa-se que eles declaram ser altamente conhecedores, a medida que 74,8% concordam totalmente e/ou parcialmente.

Figura 10: Pergunta 9 – O empresário identifica valor num serviço contábil que utiliza sistemas integrados e gera relatórios de gestão e indicadores financeiros e não financeiros

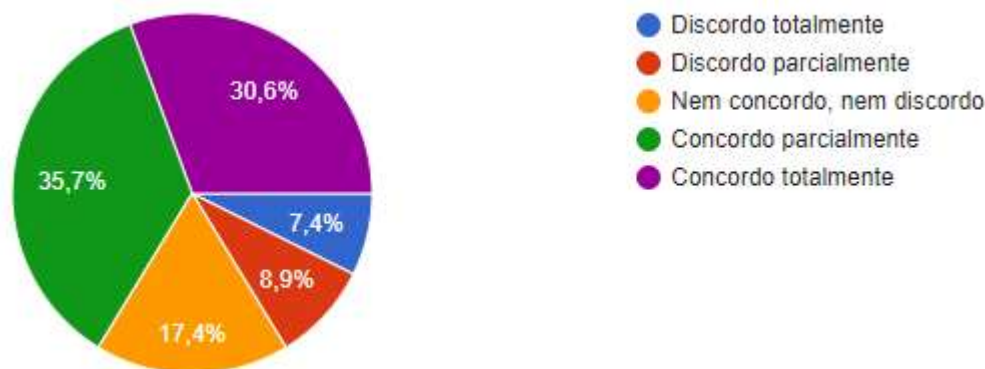


Fonte: Dados da pesquisa

70,5% dos contadores concordam que os empresários identificam valor no serviço ofertado pelo contador através de sistemas contábeis onde gera-se relatórios de gestão e indicadores financeiros e não financeiros. Apenas 15,5% dos contadores não concordam

que o uso de sistemas integrados utilizados pela contabilidade para emissão de relatórios gera valor.

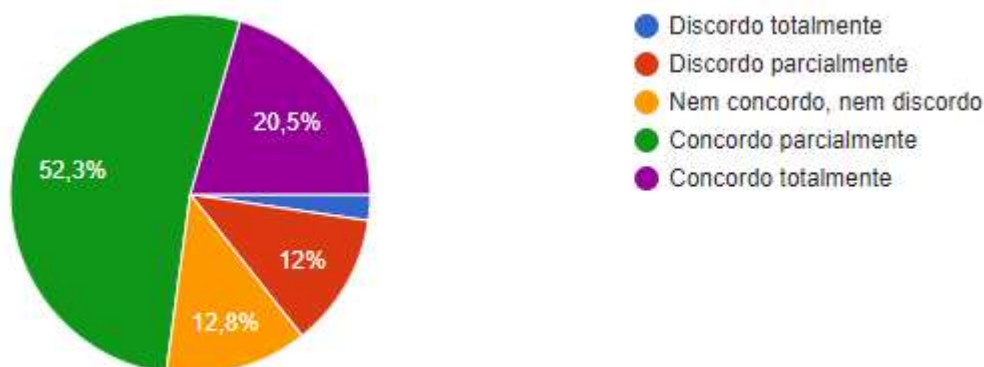
Figura 11: Pergunta 10 – Você ou sua organização contábil oferta serviços com entrega de relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros



Fonte: Dados da pesquisa

66,3% dos contadores respondentes declaram entregar relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros para seus clientes. Uma grande parte dos respondentes, representando 17,4% nem concordam nem discordam. Já uma pequena parcela dos respondentes acumulando 16,3% não entregam relatórios de gestão a seus clientes.

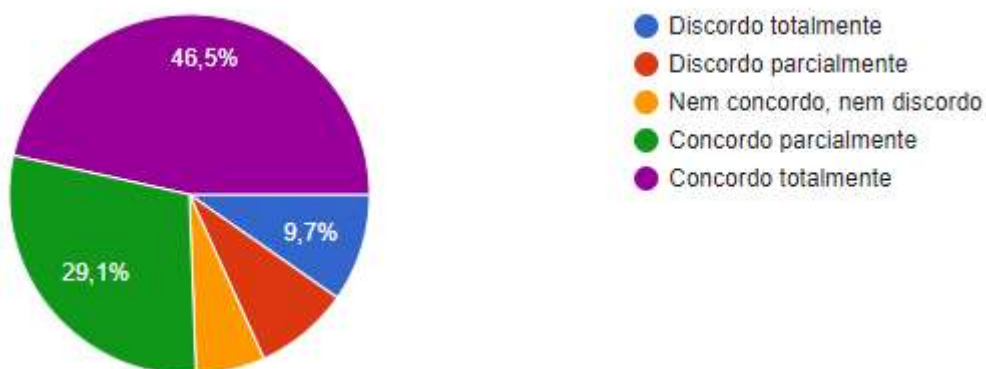
Figura 12: Pergunta 11 – Como profissional na área contábil e/ou tributária eu passo mais tempo me atualizando profissionalmente do que aprendendo novas ferramentas e sistemas tecnológicos



Fonte: Dados da pesquisa

72,8% dos contadores respondentes concordam que passam mais tempo se atualizando profissionalmente, do que aprendendo a manusear novas ferramentas e sistemas contábeis. 14,4% dos respondentes antagonicamente ao primeiro grupo, dedicam mais tempo em aprender novas ferramentas e uso de sistemas tecnológicos do que se atualizando profissionalmente.

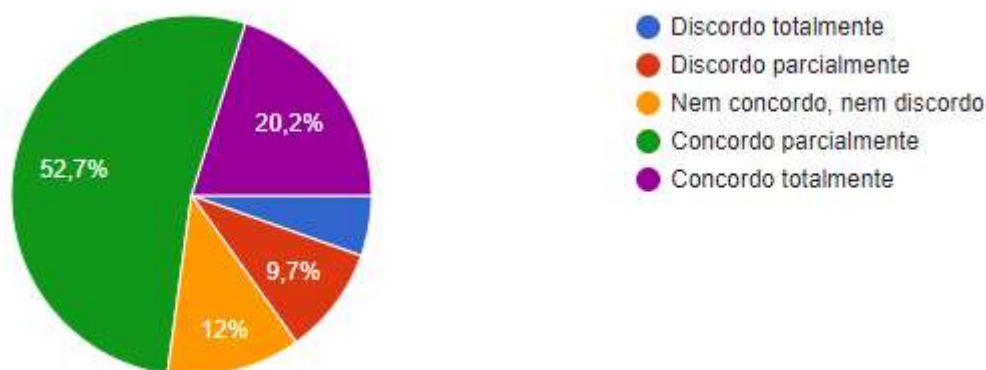
Figura 13: Pergunta 12 – O uso de sistemas contábeis facilita a geração dos arquivos para importação nos diversos SPEDs (EFD Contribuições, ECD, ECF, ICMS-IPI)



Fonte: Dados da pesquisa

75,6% dos contadores respondentes concordam que o uso de sistemas contábeis facilita a geração de arquivos para envio das informações contábeis e fiscais da empresa para o governo. Uma pequena parcela representando 18,5% dos respondentes discordam que o uso de sistemas contábeis facilite a entrega das informações contábeis e fiscais para o governo.

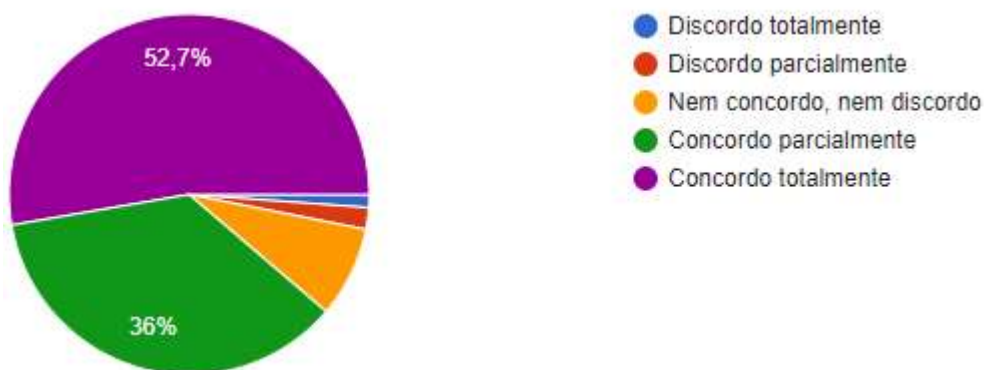
Figura 14: Pergunta 13 – Os diversos SPEDs existentes estão cada vez melhores de manusear e com geração de menos erros



Fonte: Dados da pesquisa

72,9% dos contadores concordam que os SPEDs estão cada vez melhores e mais fáceis de manusear. Isso significa que existe uma melhora desses programas disponibilizados pelo governo para que o contador preste informações da empresa junto ao governo. Uma pequena parcela representando 15,1% dos respondentes declaram haver uma piora no manuseio dos SPEDs.

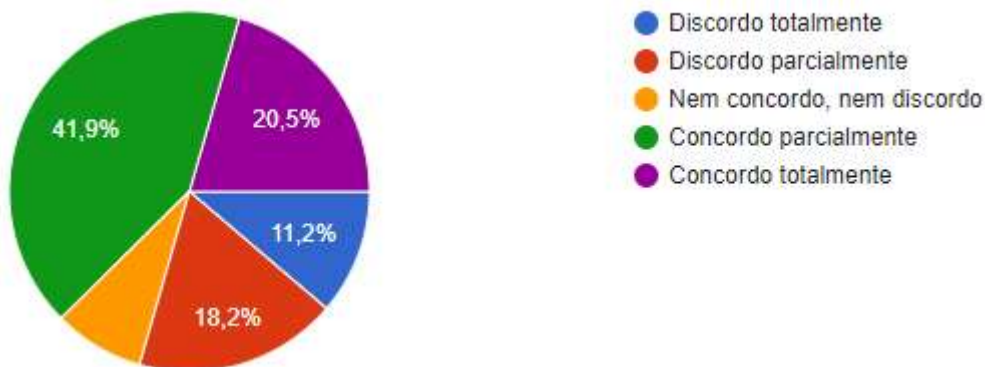
Figura 15: Pergunta 14 – A cada dia que passa eu me interesso mais em aprender ferramentas tecnológicas que auxiliam na prática da atuação contábil e/ou fiscal



Fonte: Dados da pesquisa

88,7% dos contadores respondentes afirmam cada vez mais se interessar em ferramentas tecnológicas que irão auxiliar na prática da atuação contábil e/ou fiscal. Como o ponto neutro acumula 11,1%, pode afirmar que 100% dos contadores tem interesse em aprender ferramentas tecnológicas.

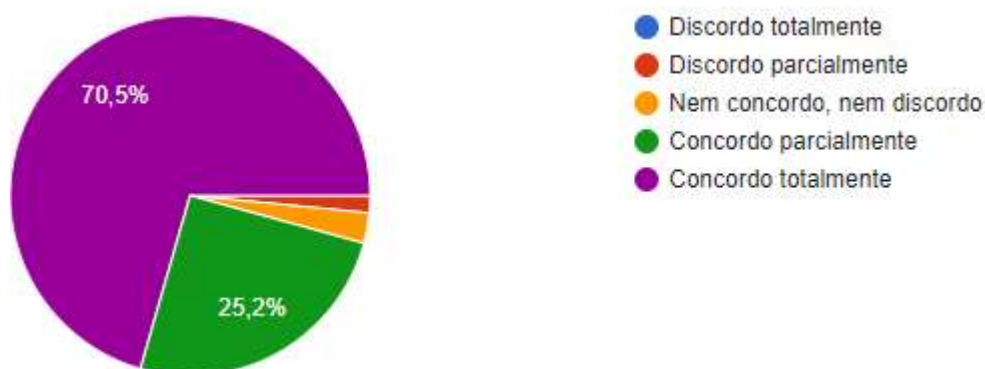
Figura 16: Pergunta 15 – O Governo Brasileiro investe constantemente em tecnologia ao ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais. Ou seja, enviar informações para o Governo atualmente é mais fácil que antes



Fonte: Dados da pesquisa

Nessa pergunta os contadores respondentes trazem uma divergência na resposta, deixando-a inconclusiva. 62,4% dos respondentes concordam que o governo brasileiro investe em tecnologia ao ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais para o governo. 29,4% dos respondentes julgam que o governo não investe em tecnologia para facilitar a contabilidade em enviar informações contábeis e/ou fiscais.

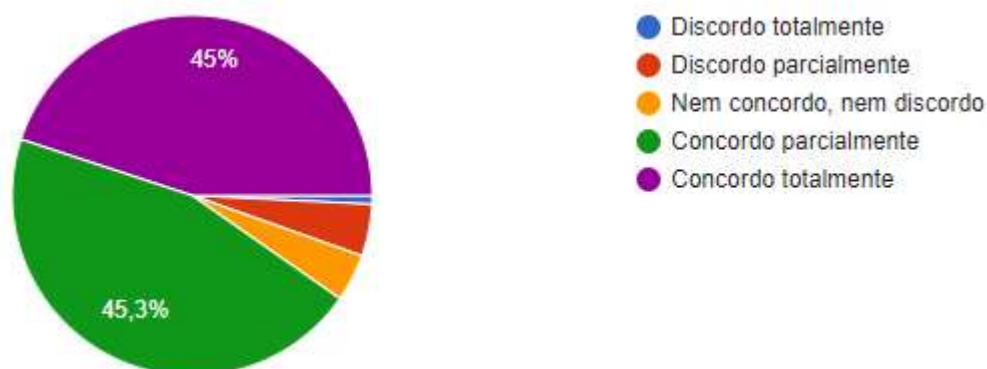
Figura 17: Pergunta 16 – O profissional contábil do futuro é aquele que usa tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos, além disso, ele foca no gerenciamento do negócio do cliente entregando informações financeiras e de custos relevantes



Fonte: Dados da pesquisa

É unânime a resposta sobre o contador do futuro sendo aquele profissional que usa tecnologia a favor da otimização de processos, redução de erros e gerenciamento total da empresa entregando informações financeiras e de custos relevantes. 95,7% dos respondentes concordam categoricamente com essa afirmativa.

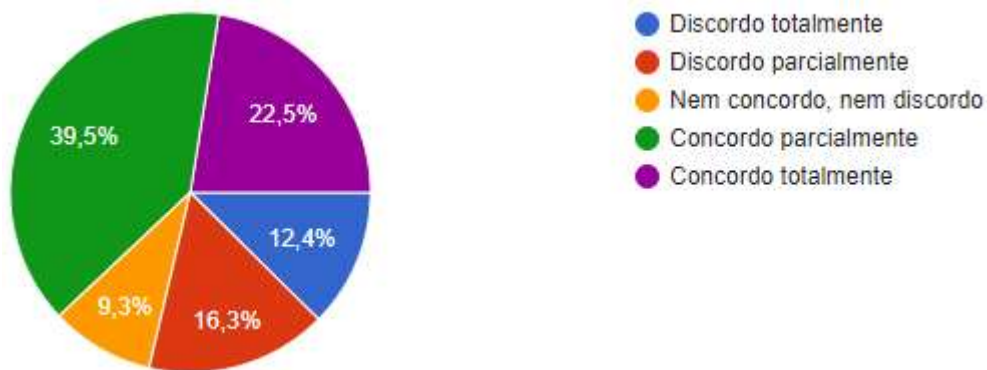
Figura 18: Pergunta 17 – Percebo nitidamente que desde que comecei a trabalhar com contabilidade e/ou fiscal os sistemas contábeis melhoraram e a interface com a Receita Federal estão cada vez melhores



Fonte: Dados da pesquisa

É unânime também a resposta sobre a melhora dos sistemas contábeis e a interface junto à Receita Federal. 90,3% dos respondentes concordam que existe melhora substancial dos sistemas e da interface junto ao governo com intuito de envio dessas informações.

Figura 19: Pergunta 18 – A contabilidade tradicional vai acabar pois a contabilidade digital irá tomar seu lugar



Fonte: Dados da pesquisa

Quando busca-se entender junto aos contadores se a contabilidade tradicional irá desaparecer, existe uma grande divergência nas opiniões. 62% dos contadores respondentes acreditam a contabilidade tradicional irá ceder espaço para a contabilidade digital. Já um grupo de respondentes no total de 28,7% discordam que a contabilidade digital irá sucumbir a contabilidade tradicional. Fica assim evidente que apesar do novo formato de contabilidade digital ser uma realidade cada vez mais utilizada na prestação de serviços contábeis, existe a crença de que perdure a contabilidade tradicional.

Capítulo 4: Considerações Finais

Em relação ao uso dos sistemas contábeis que são utilizados para fazer escriturações em livros contábeis, geração de demonstrativos contábeis e pré-envio de informações fiscais para o governo, percebeu-se que apenas 6,2% dos contadores não utilizam sistema contábil. Isso representa que na prática, o trabalho desse grupo de contadores é demasiadamente manual e muitas vezes incompleto.

À medida que a contabilidade deve gerar informações para a tomada de decisão em tempo hábil, a falta do uso de sistemas contábeis por parte dos contadores indica que tais informações não tem sido enviada aos empresários. Como consequência, a entrega das informações ao governo é também prejudicada. Muito provavelmente, as informações geradas para o governo por esses contadores que atuam na prática sem sistema contábil são enviadas de forma incompleta, omissa ou errada.

Obviamente não é o uso do sistema contábil que irá garantir exatidão dessas informações, mas a falta de uso gera uma série de consequências negativas para a gestão do negócio e consequentemente para a entrega de informações contábeis e fiscais para o governo. Os sistemas contábeis mais utilizados são Domínio e Fortes, mas a medida que 31% dos respondentes dizem usar outros sistemas contábeis, percebe-se que praticamente 1/3 da amostra pesquisada usa outro sistema não citado como opção de resposta na pesquisa. Isto indica que apesar dos sistemas contábeis brasileiros mais comercialmente conhecidos serem opções de respostas para os respondentes, existem uma gama de outros sistemas contábeis sendo utilizados. Isto sugere que a área de tecnologia e sistemas contábeis talvez seja demasiadamente grande e promissora, na medida que muitos contadores utilizam sistemas que estão fora das opções dessa pesquisa.

Em relação ao uso de sistemas para coleta de notas fiscais que melhoram demasiadamente a prática da profissão contábil na apuração de impostos, percebe-se que muitos contadores não utilizam tais sistemas, perfazendo um total de 43% da amostra pesquisada. Esse grande grupo de contadores efetuam a coleta de notas fiscais de forma manual diretamente no sítio do governo, tornando o trabalho demasiadamente manual. Isto indica que tais empresas de tecnologia que auxiliam na captura de notas fiscais tem um vasto campo para ampliar seus serviços. Apenas 36,4% dos contadores pesquisados utilizam sistemas para coleta de notas fiscais e integram com o sistema contábil, tornando o trabalho mais ágil e eficiente.

Em relação ao trabalho de importação de notas fiscais, a maior parte dos contadores declaram ainda salvar os arquivos XML das notas fiscais, para na sequencia importar para o sistema contábil, representando 55,8% da amostra. Apenas 32,6% fazem importação dessas notas fiscais via API com integração do sistema coletor de nota fiscal juntamente com o sistema contábil. 11,6% dos contadores não importam notas fiscais para o sistema, inclusive porque 6,2% dessa amostra nem utiliza sistema contábil.

A maioria dos contadores entrevistados apuram impostos diretamente em seu sistema contábil, representando 60,5% da amostra. Esta informação é relevante pois evidencia que a maior parte dos contadores apuram impostos no sistema contábil. Chama atenção nesse ponto que muitos contadores utilizam sistemas contábeis, mas desprezam a

ferramenta de apuração de impostos. Posto isto, sabe-se então que nem todas as ferramentas de um sistema contábil são utilizadas em sua totalidade. O auxílio de apuração de impostos com utilização de planilha em Excel é uma realidade na prática dos contadores brasileiros onde 30,2% dos entrevistados apuram os impostos no sistema e verificam se os cálculos estão corretos através do uso de planilha auxiliar no MS Excel. Isto indica que a metade dos contadores que apuram impostos no sistema, verificam se os valores estão exatos através do uso de planilha em MS Excel. Apenas 9,3% apuram impostos utilizando exclusivamente a planilha em MS Excel, e estes devem ser aqueles contadores que não utilizam sistemas contábeis e nem coletam notas fiscais, somado com uma pequena parcela de contadores que tem sistemas contábeis e utiliza-os parcialmente.

As empresas podem utilizar algum sistema de gestão financeira, o qual quando integrado com a contabilidade é de grande utilidade para agilizar informações contábeis. Esse sistema de gestão financeira é uma plataforma de conciliação bancária onde o empresário ou quem ele delegue faz a conciliação bancária evidenciando o que se refere cada entrada e saída de recursos financeiro. Desta forma, o contador recebe a conciliação bancária feita pela própria empresa devendo ele apenas conferir, para na sequência gerar os demonstrativos contábeis. A pesquisa revela que 45,7% da amostra pesquisada não recomenda nenhum sistema de gestão financeira ficando claro que existe um espaço enorme para ampliação desses sistemas junto à empresas e organizações contábeis.

A contabilidade digital é aquele tipo de serviço contábil que mais demanda o uso desses sistemas de gestão financeira, pois essa contabilidade chamada digital, é para muitos a nova contabilidade ou a contabilidade do futuro, a medida que os relatórios contábeis são feitos quase que em tempo real e sem muito esforço do contador. Os sistemas de gestão financeira mais recomendados são Conta Azul e Omie, praticamente empatados, onde o primeiro representa 14,7% e o segundo 14,3% da amostra pesquisada. Sistemas como Nibo, QuickBooks, eGestor, Simplifica não ultrapassam de 4%. Percebe-se que 16,3% da amostra recomenda outro sistema não elencado nas opções de resposta dessa pesquisa, ficando evidente que demais sistemas de gestão financeira são utilizados.

Em relação as perguntas que utilizou Escala de *Linket* observa-se que:

- a) 83% da população pesquisa acredita piamente que para prestar um bom serviço contábil é necessário que o contador utilize diversos sistemas integrados;
- b) 74,8% dos contadores participantes se definem conhecedores de sistemas contábeis;
- c) 70,5% acreditam que o empresário identifica valor no serviço contábil quando o contador utiliza sistemas integrados e gera relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros;
- d) 66,3% da população da pesquisa entrega relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros para seus clientes;
- e) 72,8% dos contadores participantes da pesquisa passam mais tempo se atualizando profissionalmente, do que aprendendo a manusear novas ferramentas e sistemas contábeis;
- f) 75,6% dos contadores respondentes concordam que o uso de sistemas contábeis facilita a geração de arquivos para envio das informações contábeis e fiscais da empresa para o governo;
- g) 72,9% dos contadores concordam que os SPEDs estão cada vez melhores e mais fáceis de manusear;

- h) 88,7% dos contadores respondentes afirmam cada vez mais se interessar em ferramentas tecnológicas que irão auxiliar na prática da atuação contábil e/ou fiscal;
- i) 62,4% dos respondentes concordam que o governo brasileiro investe em tecnologia ao ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais para o governo. Uma parcela também significativa de 29,4% dos respondentes, de forma antagônica julgam que o governo não investe em tecnologia para facilitar a contabilidade em enviar informações contábeis e/ou fiscais;
- j) 95,7% dos contadores concordam que o profissional contábil do futuro é aquele que usa tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos, além disso, este deve focar no gerenciamento do negócio do cliente entregando informações financeiras e de custos relevantes;
- k) 90,3% dos respondentes concordam que existe melhora substancial dos sistemas e da interface junto ao governo com intuito de envio dessas informações;
- l) 62% dos contadores respondentes acreditam a contabilidade tradicional irá ceder espaço para a contabilidade digital.

A pesquisa revela que o uso da tecnologia para a prestação de serviços contábeis é imprescindível para um serviço de qualidade, onde informações financeiras e não financeiras e de gestão de custos sejam fornecidas pela empresa prestadora de serviço contábil à empresa/empresário. Sistemas integrados são o futuro da profissão contábil o qual garantirão maior confiabilidade e eliminação de processos que são feitos manualmente.

A maioria dos contadores acreditam que o uso de sistemas integrados gera valor para a prestação do serviço contábil, sendo isto percebido pelos empresários. Na prática existem poucos contadores que não utilizam sistemas contábeis e isto representa uma ameaça para a qualidade do serviço prestado pois a empresa não tem a informação contábil e o governo pode receber informações erradas e/ou contendo omissões. Existe espaço para a ampliação da contabilidade digital, o qual tem como insumo primordial o uso do sistema de gestão financeira integrado com o sistema contábil, onde observa-se que quase a metade dos contadores não indicam sistemas financeiros a seus clientes. É notado a crença pela maioria dos contadores de que a contabilidade digital irá suplantar a contabilidade tradicional.

Fica evidente também que os contadores percebem um esforço do governo brasileiro ao aprimorar e facilitar a entrega das informações contábeis e fiscais devido ao melhoramento da interface para entrega dessas informações através dos diversos SPEDs. O interesse dos contadores por aprendizado em tecnologia é algo claramente evidenciado nessa pesquisa, onde a identifica-se a ideia subjacente que o uso da tecnologia na prestação do serviço contábil irá minimizar retrabalho, reduzir tarefas repetitivas e potencializar alavancagem operacional, mantendo a mesma estrutura organizacional.

O futuro da profissão contábil está intrinsecamente relacionado com o uso da tecnologia. O papel da tecnologia na profissão contábil é de extrema relevância com intuito de mitigar erros, minimizar retrabalhos, eliminar tarefas manuais, obter ganho de escala na empresa contábil, gerar informações tempestivas para o gestor do negócio, prestar informações confiáveis para o governo, além de outros benefícios. Investigações futuras analisando a qualidade da mão de obra na área contábil merecem ser aprofundadas, visto que a medida que o profissional contábil necessita cada vez mais de mais capacitação no manuseio de

sistemas, pode-se investigar a qualidade da mão de obra nas organizações contábeis, e se estas atendem os requisitos para esta demanda.

Uma discussão que se vai acentuar num futuro próximo, está associada com os avanços no uso e exploração da Inteligência Artificial e na automação de processos. Estes, apenas reforçam as posições defendidas pela presente pesquisa e que foram também verificadas em função das respostas dos profissionais da área – aguardamos assim, tempos de mudança e de uma mudança acelerada.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE FILHO, A. R.; LOPES, F. J. R. (2021). Benefícios e dificuldades a partir da implementação do SPED: um estudo com profissionais de contabilidade. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, 11(1), p. 1-15.
- ANDRADE, M. (2020). As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do vale do Paranhana/RS. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, v.1(9) Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/issue/view/65/showToc>>. Acesso em 10/01/2023.
- BICA, D; MONSER, N. T. B. (2020). Tecnologia aplicada à contabilidade: Estudo de caso em uma organização contábil. *Revista Contabilidade em Foco*, v. 2(2), pp 3-31.
- BREDA, Z. I. (2019). Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na contabilidade. *Conselho Federal de Contabilidade*. Disponível em: <<https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>>. Acesso em: 04/01/2023.
- CÂMARA, L. A. N.; DOS SANTOS, G. C. (2019). Sistema público de escrituração digital (SPED) analisado à luz da bibliometria. *Revista Interdisciplinar de Contabilidade, Administração e Direito*, v.6(1), jan-jul.
- FERREIRA, T. J. (2016) Automação contábil: Tecnologia aplicada em contabilidade sob a ótica da teoria institucional. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo-SP.
- FILHO, A. R. A. *et al.* (2022). Benefícios e dificuldades na era digital: uma percepção dos profissionais de contabilidade de Fortaleza/CE. *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*, v. 11(20), p. 30-40, jun.
- FILHO, A. R. A.; *et. al.* (2022). *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*. *Revista Brasileira de Contabilidade & Gestão*, v.11(20), p. 30-45, jun.
- GUERRA, F. (2019). *Descomplicando o SPED: Aspectos operacionais do Sistema Público de Escrituração Digital*. 2 Ed. Fortaleza: Fortes.
- GUERRA, F. M.; GOUVEIA, L. B. (2020). Prestação da informação contábil-fiscal das empresas para o governo: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. *Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea*, v.3(1), p.87-111, jan.-jun.
- GUERREIRO, R. (2022). Algumas reflexões sobre a relevância da pesquisa contábil para a Sociedade. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, v. 33(90), e9040.
- HODGE, F. D.; KENNEDY, J. J.; MAINES, L. A. (2004). Does search-facilitating technology improve the transparency of financial reporting? *The Accounting Review*, 79(3), p. 687-703.
- KUNRADI, F. A. O profissional de contabilidade no brasil 1998 um estudo dos conflitos existentes no exercício de suas atribuições.
- MOARES, M. B. da C.; NAGANO, M. S. (2011). Nagano. Sistemas de informações contábeis: uma comparação entre as partidas dobradas e o modelo REA. *RIC - Revista de Informação Contábil*, v. 5(3), p. 1-20, jul-set.
- MCGUIGAN, N. (2021). Formação contábil à prova de futuro: um educar para a complexidade, ambiguidade e incerteza. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, v. 32(87), p. 383-389, set-dez.

SÁ, Antônio Lopes de. (2006). *A Evolução da contabilidade*. 2 ed. São Paulo: Thomson-IOB.

ROSA, M. V. F. P.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para validação de resultados*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

SCHAPOO, B. H.; MARTINS, Z. B. (2022). A utilização da tecnologia na contabilidade: Uma percepção de profissionais contábeis do Estado de Santa Catarina. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 22(50), jan/abr.

STAATS, C.; DE MACEDO, F. (2021). As Inovações Tecnológicas e a Contabilidade Digital: Um Estudo de Caso sobre a Aceitação da Contabilidade Digital no Processo de Geração de Informação Contábil em um Escritório Contábil de Joinville/SC. *Revista Controladoria e Gestão – RCG*, v. 2(1), p. 348-369, jan.-jun.

SILVA, G. O.; *et. al.* (2020). O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área”. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, outubro. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/10/tecnologia-contabilidad.html>>. Acesso em: 10/01/2023.

XAVIER, L. M.; CARRARO, W. B. W. H.; RODRIGUES, A. T, L. (2020). Indústria 4.0 e avanços tecnológicos da área contábil: Perfil, percepção e expectativas dos profissionais. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 20(45), mai/ago.

MEMORIAL DESCRITIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O projeto de pós doutorado em Ciência da Informação iniciado em junho de 2022 teve como propósito discutir e aprofundar o uso da tecnologia na prestação de serviços contábeis por contadores brasileiros.

Os trabalhos desenvolvidos durante o curso culminaram na publicação de um capítulo de livro e na publicação de um artigo científico, que são diferentes desse produto final entregue neste relatório final.

O capítulo de livro foi publicado na obra: Gestão da Informação Para a Transformação Digital, organizado por Luis Borges Gouveia, publicado pela Conhecimento Editora da cidade de Belo Horizonte no ano de 2022 intitulado: Mudanças no sistema de informação contábil causado pela tecnologia: Uma análise antes e depois do SPED.

O artigo foi publicado na Revista Abracicon Saber ISSN 2357-7428, Edição nº41 (Ago-Out 2022) intitulado: Dificuldades encontradas pelos contadores brasileiros ao enviar informações contábeis e fiscais para o governo.

No percorrer desse trajeto, os pós doutorando também proferiu palestras sobre o tema objeto de estudo e aprofundamento desse pós-doutorado em diversas organizações conforme relatado a seguir:

1 – 04/06/2022 – Participou do Fórum Cearense de Contabilidade e Tributação Edição Cariri, ministrando a palestra "Distribuição de lucros e os cruzamentos entre DIRPF x ECD x ECF";

2 – 23/06/2022 – Participou do CONTRIO Nova Friburgo ministrando a palestra "Como montar sua consultoria tributária";

3 – 23/07/2022 – Participou do Fórum Cearense de Contabilidade e Tributação Edição Vale do Jaguaribe, ministrando a palestra "Distribuição de lucros e os cruzamentos entre DIRPF x ECD x ECF";

4 – 14/09/2022 – Participou da XV Convenção de Contabilidade de Goiás, ministrando a palestra "Os três passos da gestão tributária estratégica", em Goiânia/GO;

5 – 17/09/2022 – Participou do Encontro Cert Day Contábil, ministrando a palestra "Gestão Fiscal Estratégica" em São Luiz/MA;

6 – 19/09/2022 – Ministrou a palestra "Protagonismo para líderes contadores" na UNIFAMETRO em Fortaleza/CE;

7 – 29/09/2022 – Participou da V Conferência Paraense de Contabilidade no Tapajós no Pará, ministrando a palestra "Gestão Fiscal Estratégica" em Santarém/PA;

8 – 17/10/2022 – Participou do Fórum Contábil Trends, ministrando a palestra "Infoprodutos na Contabilidade: Como começar essa estratégia de negócio" em Fortaleza/CE;

- 9 – 21/10/2022 – Participou do 5º Encontro Nacional de Jovens Lideranças Contábeis no Rio de Janeiro, ministrando a palestra "Protagonismo contábil das jovens lideranças" em Rio de Janeiro/RJ;
- 10 – 10/11/2022 – Ministrou a Palestra "Como montar sua consultoria tributária" em Boa Vista/RR;
- 11 – 19/11/2022 – Ministrou a Palestra "Gestão Fiscal Estratégica" em Teresina/PI;
- 12 – 26/11/2022 – Participou da Imersão Tributária na Prática, ministrando a palestra "Gestão Fiscal Estratégica e Produtos de Consultora Tributária", em São Paulo/SP;
- 13 – 26/01/2023 – Participou do Contábeis Itinerante CE, ministrando a palestra "Papel e Responsabilidade do Profissional Contábil"
- 14 – 03/02/2023 – Participou do 29º Circuito Técnico, ministrando palestra "Pontos de Atenção no Fechamento do Balanço 2022";
- 15 – 28/02, 01/03/2023 e 02/03/2023 – Participou do Evento Imersão EFD-Reinf 2023, ministrando palestras "Nivelamento Técnico e Evento R-400", em Fortaleza/CE;
- 16 – 11/03/2022 – Participou do Fórum Cearense de Contabilidade e Tributação Edição Sertões de Crateús, ministrando a palestra "Como usar a Consultoria Tributária para aumentar os Honorários Contábeis" em Crateús/CE.

12 Mudanças no Sistema de Informação Contábil Causado pela Tecnologia: uma análise antes e depois do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Fellipe Guerra Matos¹
Luis Borges Gouveia²

1. Introdução

O tema aqui abordado trata da informação contábil prestada pela empresa para com o governo através de um sistema de informação fiscal implementado pelo próprio governo denominado Sistema Público de Escrituração Digital. As empresas devem se adequar ao SPED com intuito de conceder informações contábeis e fiscais de maneira mais ágil, confiável, rastreável e auditável.

O objetivo deste capítulo é compreender os impactos do SPED no sistema de informação contábil, visto que a automação e a robotização passaram a ser utilizadas fortemente na prática contábil com a chegada do SPED. Com isso, observa-se que a chegada do SPED em 2007 fez com que as organizações contábeis tivessem mais agilidade para gerar

¹ Pós-doutorando e doutor em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa, Portugal.

² Professor Catedrático na Universidade Fernando Pessoa. Doutoramento em Ciências da Computação pela Universidade de Lancaster, Reino Unido e Mestrado em Engenharia Eletrônica e de Computadores, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Possui a agregação em Engenharia e Gestão Industrial pela Universidade de Aveiro. Coordenador do programa de doutoramento em Ciências da Informação, especialidade Sistemas, Tecnologias e Gestão da Informação na UFP, membro eleito do seu conselho de estratégia. É coordenador do Grupo Informação, Comunicação e Cultura Digital, do CITCEM, FLUP. Os seus interesses são o digital e como explorar o seu potencial para melhorar a atividade humana.

informativos contábeis através da automação dos sistemas contábeis e mitigação dos procedimentos manuais.

Através da abordagem bibliográfica o qual elucida a opinião de diversos autores acerca do tema da pesquisa, os autores dessa pesquisa fazem uma abordagem construtiva acerca do tema. É uma pesquisa do tipo opinião profissional que carrega consigo a opinião dos autores embasadas em suas experiências e vivência profissional.

Os resultados esperados são de corroborar com a hipótese de que o Sistema Público de Escrituração Digital melhorou a prática contábil, passando de um processo manual para um sistema automatizado e robotizado. Acredita-se piamente que o SPED tornou mais eficiente o sistema de informação contábil, pois os *inputs* são arquivos eletrônicos da Nota Fiscal Eletrônica, melhorando todo o sistema relacionado ao processamento dos dados e *output*.

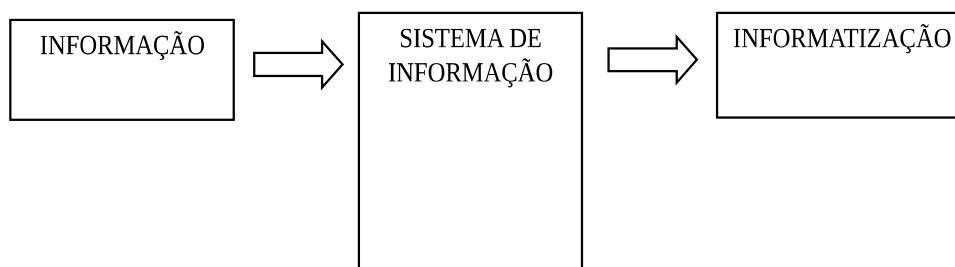
2. Sistema de Informação Contábil

Diversas pesquisas são elaboradas na área contábil, mas poucas são focadas na prática contábil, suas dificuldades, seus desafios e as tecnologias empregadas na atuação do profissional contábil. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (1983; 2009; 1996) e Marion (2015), as áreas de atuação da contabilidade são as seguintes: contabilidade financeira, contabilidade gerencial, contabilidade pública, contabilidade tributária, acadêmica, perícia, auditoria e sistema de informação contábil (grifo nosso). Um sistema de informação contábil é um conjunto de diversas atividades que caminham inter-relacionadas em que a tecnologia é uma ferramenta capaz de coletar dados, processá-los e gerar informações para diversos tipos de usuários (Hurt, 2014).

Dessa forma, a área de sistema de informação contábil é responsável pelo uso da tecnologia com intuito de entregar a informação contábil em tempo útil para a tomada de decisão. A informação tempestiva é relevante para qualquer empresa que busca manter-se competitiva em um mercado globalizado.

Com isto, o sistema de informação contábil através dos *inputs* nele inseridos, tem como desafio melhorar a execução do trabalho do contador na atuação profissional, resolvendo de forma rápida e eficiente os problemas, reduzindo a intervenção humana. Por fim, a informatização que usa tecnologias nos processos fazendo o processamento em tempo rápido e de forma confiável encerra a etapa desse ciclo elevando confiabilidade e segurança nos dados contábeis e na apuração dos impostos. A Figura 1 evidencia essas etapas.

Figura 1: Informação, sistema de informação e informatização



Fonte: Elaborada pelo autores.

O uso da tecnologia tem sido usado largamente para melhorar processos e gerar confiabilidade na prestação de serviços nas diversas áreas de atuação profissional. Na área contábil não poderia ser diferente, inclusive, porque os serviços contábeis são de elevada complexidade para serem apurados e enviados ao governo pelo contador erro zero (ou com menor número de erros possíveis, tendendo a zero). O trabalho contábil é rotineiro, deve ser feito mensalmente, e de forma simplificada, resume-se na apuração de impostos sobre a folha de pagamento, sobre faturamento e sobre o lucro.

Além disso, tem-se a elaboração dos livros contábeis que reportam as transações financeiras e culminam em demonstrativos contábeis como o demonstrativo da posição financeira e a demonstração do resultado do exercício. Todo esse conjunto de informações é utilizado pela gerência da empresa para acompanhar o desempenho empresarial.

Diante dessa complexidade da rotina inerente às práticas contábeis que envolve a geração da informação contábil, fiscal e empresarial em sistemas contábeis, o objetivo deste capítulo é analisar a evolução dos sistemas contábeis e o impacto na rotina das práticas contábeis. Para alcançar esse objetivo, será feita uma análise crítica e construtiva dos sistemas contábeis atuais, permeando pelos primórdios das rotinas contábeis e tributárias da profissão de contador, elucidando como a tecnologia auxilia na rotina do contador.

2.1. O Contador, a Profissão de Contador e a Tecnologia

Por longa data, o contador é visto na sociedade como aquele profissional que apura impostos nas empresas, e esta tarefa dependerá de análise minuciosa de diversos fatores, sendo ela demasiadamente trabalhosa e burocrática. Estes impostos são comumente sobre o faturamento, sobre o lucro e sobre a folha de pagamento, para citar algumas incidências, visto que existem impostos sobre patrimônio, operações financeiras, dentre tantas outras incidências. Certamente, além das questões tributárias, o contador deve fazer a contabilidade, que é a escrituração financeira em livros próprios, bem como gerar demonstrações de resultado e situação patrimonial.

Em uma pesquisa de quase 20 anos atrás, já era sabido a forma de atuação do contador altamente direcionada para o cumprimento da burocracia e perda de tempo em preenchimento de informações para o governo, conforme detalhado a seguir:

É usual, também, ouvir-se que, na prática, o profissional da área contábil direciona 95% de seu tempo de trabalho e de seu esforço para o preenchimento de formulários, cumprimento de formalidades legais e apuração de resultados para pagamento de impostos (Barros, 2005, p.38).

O fato é que algumas pesquisas foram feitas buscando entender as práticas contábeis e as rotinas inerentes na atuação do contador, e como a tecnologia é uma aliada na entrega desse trabalho podendo citar as pesquisas de Adler e Borys (1996), Padoveze (2012) e Biancolino et al. (2012).

Guerreiro (2022) discorre sobre a pesquisa contábil atender fortemente os usuários da informação contábil, deixando de lado a solução de problemas práticos. Nesse ponto, Brown (2009) *cit. in* Guerreiro (2022), lamenta que existam poucos autores preocupados em resolver problemas práticos da contabilidade através de pesquisas; Merchant (2012) *cit. in* Guerreiro (2022), critica a utilidade da pesquisa contábil desfocadas da prática, o qual não trazem impacto significativo para a profissão.

Para que a contabilidade execute seu fluxo de trabalho, é necessário *inputs*, processamento e *outputs*. Como em qualquer sistema, a qualidade do processamento eficiente vai depender dos *inputs* e do processamento. Obviamente, o regime tributário da empresa e o volume de transações afetam diretamente na complexidade do serviço a ser executado pela contabilidade. O mau trabalho efetuado pela contabilidade junto às empresas pode acarretar em ônus financeiro, se for entregue alguma informação contábil errada para o Governo, culminando o retrabalho e apurações de impostos a pagar com multa e juros.

Dessa forma, a tecnologia é uma aliada na profissão do contador, visto que ela minimiza os erros e agiliza a operação, mas, no entanto, é também uma ameaça para aqueles profissionais sem viés tecnológico. O incremento de sistemas e uso de *softwares* fazem parte da rotina profissional do contador, e o uso da tecnologia nos faz refletir sobre algumas questões, como: de que forma a tecnologia afeta o futuro da contabilidade? Quais mudanças tecnológicas podemos esperar para os anos vindouros? De que forma a tecnologia está afetando as rotinas dos escritórios contábeis? Como as empresas de tecnologia em contabilidade tem se estruturado para atender as demandas do profissional contábil?

2.2. Tecnologia Aplicada às Rotinas Contábeis

Nos primórdios da civilização, o sistema de informação contábil era apenas uma representação gráfica feita geralmente em desenhos. Antes mesmo da chegada da escrita e da contagem numérica, as informações de controle patrimonial eram feitas por representações gráficas do que se pre-

tendia controlar (Macintosh et al., 2000). Desde aquela época, até os dias atuais o principal objetivo do sistema contábil permanece o mesmo, que é armazenar e processar informações orientando os usuários para a tomada de decisão. Mudanças significativas ocorreram nos sistemas contábeis a partir da partida dobrada, da revolução comercial, da revolução industrial e com a chegada do computador. Em 1978, foi desenvolvido o primeiro sistema de contabilidade não manual que utilizava cartões perfurados e máquinas tabuladoras, o que foi na época um enorme avanço tecnológico (Ferreira, 2016).

A tecnologia, definida como o estudo sistemático sobre técnicas, processos e métodos que buscam a resolução de problemas, cumpre inegável e relevante papel no avanço da sociedade. De acordo com Longo, em uma definição conceitualmente difundida, a tecnologia pode ser definida como o “conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços” (Longo, 1984, p.33).

De maneira mais ampla, tem-se a definição de Abetti (1989), que define tecnologia como “um corpo de conhecimentos, ferramentas e técnicas, derivados da ciência e da experiência prática, que é usado no desenvolvimento, projeto, produção, e aplicação de produtos, processos, sistemas e serviços.” Por fim, em um contexto aplicado às pequenas e médias empresas, tem-se a definição de Kruglianskas (1996), o qual define tecnologia como “o conjunto de conhecimentos necessários para se conceber, produzir e distribuir bens e serviços de forma competitiva.”

Incontestavelmente, nos dias atuais, a tecnologia é uma grande aliada às tarefas e rotinas contábeis, inclusive, porque desde 2007, a nota fiscal emitida pela empresa é um arquivo eletrônico na extensão XML. O fato é que antes de 2007, a nota fiscal era arquivo em papel e essa mudança foi o início do paradigma da profissão contábil no Brasil. A substituição do árduo trabalho manual por rotinas automatizadas é apontada a seguir:

Na prática, algumas décadas atrás, o profissional contábil tinha grande parte do seu trabalho direcionado para o preenchimento manual de formulários

relacionados às formalidades legais e apuração de resultados para pagamento de impostos e, atualmente, esse comportamento tem se transformado, com o advento da tecnologia e demandas de mercado (Da Costa e Costa, 2021, p.44, grifo nosso).

A chegada do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) criado pelo Decreto nº 6.022, de 22/01/2007, revolucionou a forma de atuação do contador para um viés fortemente tecnológico e com uso intenso de sistemas e *softwares*. Pelo fato das notas fiscais após chegada do SPED serem em arquivo XML, estas podem ser lidas por máquinas, o que favorece a automação contábil (Ferreira, 2016). Não é que a automação contábil não existia, mas eram utilizadas de forma fortemente manual através da inserção de dados de maneira não automatizada e robotizada. Autores como Silva et al. (2013) afirmam que o SPED pode desencadear um processo de informação através da automação contábil.

Para Cordeiro e Klann (2014), o SPED propiciou avanço na informatização entre o governo e o contribuinte mediante a certificação digital, sendo um avanço tecnológico que afetarà toda empresa. Na opinião de Guerra (2019, p.21), “o SPED é um grande sistema do governo federal, que foi desenvolvido com o objetivo de receber as informações das empresas.”

Passamos então dos *inputs* nos sistemas contábeis de forma manual, os quais dependiam muito da organização da empresa contratante, para *inputs* automatizados. O contador brasileiro antes da chegada dos SPEDs dependia das informações prestadas pela própria empresa contratante na figura do empresário ou de quem ele designasse para a tarefa. Como as notas fiscais eram documentos físicos em papel, o contador dependia delas para executar os trabalhos, e na falta delas, não era apurado imposto (crédito ou débito) e/ou faltava na escrituração contábil. O sistema contábil era “alimentado” por informações manuais obtidas por documentos de papel e extratos bancários impressos que auxiliavam na conciliação bancária, conforme expresso a seguir.

O registro manual, quase que “artesanal” dos eventos operacionais e transações das empresas, base do primeiro sistema de informação contábil, com o lento

advento de novas metodologias de apuração contábil para atender o aumento da complexidade e do número de transações das empresas, passaram a ser substituído pelo registro cada vez mais automatizado e integrado das transações monetárias das organizações (Ferreira, 2016, p.13).

O SPED é o início de um marco histórico para o avanço da tecnologia aplicável à contabilidade brasileira, em que deu-se início a uma série de inovações tecnológicas cabível nas práticas contábeis, como: importações de notas fiscais de entrada e saída de forma integrada com os sistemas contábeis efetuando automaticamente os lançamentos contábeis, agilizando assim, na escrituração contábil e, conseqüentemente, na elaboração das demonstrações contábeis.

Além disso, as obrigações acessórias elaboradas a partir do SPED permitem um cruzamento de dados de forma mais acurada para o Governo, enquanto agente fiscalizador da arrecadação tributária.

Outro avanço significativo trazido pela tecnologia refere-se à conciliação bancária, que é uma tarefa rotineira na contabilidade. Com a chegada dos arquivos bancários nas extensões OFX e OFC, pode-se programar os sistemas contábeis para efetuar leitura de palavras-chave, o que facilita os lançamentos contábeis.

De acordo com a pesquisa de Silva et al. (2020), o qual consultou contadores e estudantes de contabilidade, tem-se que 97,9% concordam que a tecnologia facilita o trabalho do contador; que 68,1% concordam que o SPED auxiliou o trabalho do contador; que 87,3% concordam que é de extrema importância algumas matérias práticas voltadas à tecnologia no curso de graduação em ciências contábeis, dentre outros achados.

Por ser muito incipiente as questões relacionadas ao uso da tecnologia na contabilidade, seus desdobramentos na profissão contábil, e o quanto isto afeta a qualidade dos serviços contábeis, o Conselho Federal da Contabilidade criou através da Portaria CFC nº 15, de 08/02/2019, uma Comissão para verificar as mudanças tecnológicas e sua influência na profissão contábil (Breda, 2019).

3. Considerações Finais

A contabilidade, desde sua concepção antes de cristo, sempre foi e continuará sendo geradora de informações para tomada de decisões. Para isto, recorre-se ao sistema de informações contábeis o qual vem sofrendo diversas mudanças ao longo do tempo. Percebe-se, então, uma migração do trabalho manual para o automatizado, justamente por conta do uso da tecnologia aliada nesse processo.

Apesar das pesquisas em contabilidade não terem viés para resposta efetiva das práticas contábeis, e isto ser uma crítica acerca da utilidade das pesquisas contábeis, verifica-se um pensamento crítico acerca da propositura de novas pesquisas em contabilidade empenhadas em tecnologia e sistemas contábeis. Desta forma, pesquisas que busquem investigar o impacto da tecnologia na profissão contábil e pesquisas relacionadas à prática contábil e na resolução de problemas tendem a emergir nos anos vindouros.

No Brasil, a chegada do Sistema Público de Escrituração Digital em 2007 trouxe em sua fase inicial o arquivo XML, fazendo com que as notas fiscais migrassem do papel para o arquivo eletrônico. Essa migração do papel para o arquivo eletrônico das notas fiscais permitiu que os sistemas contábeis importassem esses arquivos e, desde então, o trabalho manual das notas fiscais de entrada e saída passou a ser automatizado. Além disso, as obrigações acessórias enviadas através dos SPEDs melhoraram o cruzamento de dados tanto do governo federal, como órgão responsável pela fiscalização tributária, bem como para a empresa que envia estas informações ao governo através do trabalho do contador. A importação de notas fiscais e o envio das obrigações acessórias através dos SPEDs melhorou consideravelmente o trabalho do contador.

Apesar dos sistemas contábeis tenderem a automatização de 100% dos processos e, com isso, busca-se eliminar o trabalho manual, erro, retrabalho, além do ganho de escala e produtividade, entendemos que a mão de obra intelectual não será consumida pela aprimoração dos sistemas contábeis. Muitas tarefas dependerão da análise profissional do contador, ainda que em um modelo de contabilidade digital, conhecido nos EUA

como “*Do it Yourself*”, em que os dados de conciliação bancária são informados pelo próprio empresário cliente numa plataforma.

A ideia subjacente que a tecnologia acabará com a profissão de contador é infundada, pois esta serve como instrumento ferramental para a atuação plena do contador minimizando erros e retrabalho. Em tese, o papel do futuro contador passa a ser mais voltado para orientação e consultoria, inclusive, porque o Fisco cada vez mais emparelhado busca divergências tributárias derivadas, principalmente, de sonegação fiscal.

Posto isto, vimos a abrangência dos sistemas contábeis antes e depois da chegada do SPED, de como a tecnologia é uma importante ferramenta para a atuação do contador através da utilização de sistemas contábeis cada vez mais integrados, e que este profissional passará a atuar mais fortemente com consultoria e orientação ao empresário.

Referências Bibliográficas

- Abetti, P. A. (1989). Tecnologia: um recurso estratégico fundamental. *Revisão da Administração*, 78(2), pp.37-41.
- Adler, P. e Borys, B. (1996). Two Types of Bureaucracy: enabling and coercive. *Administrative Science Quarterly*, 41(1), pp.61-89.
- Barros, V. de M. (2005). O Novo Velho Enfoque da Informação Contábil. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 16(38), pp.102-112.
- Biancolino, C. A. et al. (2012). *Sistemas de Informações Contábeis: uma abordagem gerencial*. São Paulo, Saraiva.
- Brasil. (1996). *Resolução CFC nº 803/96*. Aprova o Código de Ética do Profissional Contador-CEPC. Conselho Federal de Contabilidade. [Em linha]. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/br/sisweb/sre/docs/RES_803.DOC>. [Consultado em: 02/07/2022].
- Brasil. (2007). *Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 1997*. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm>. [Consultado em: 02/07/2022].

- Brasil. (1983). *Resolução nº 560, de 28 de outubro de 1983*. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais que trata o art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27/07/1946. Conselho Federal de Contabilidade. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=95495>>. [Consultado em: 02/07/2022].
- Brasil. (2009). *Resolução CFC Nº 1.246, de 27 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a participação de estudantes em trabalhos auxiliares da profissão contábil. Conselho Federal de Contabilidade. [Em linha]. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1246_2009.htm>. [Consultado em: 02/07/2022].
- Breda, Z. I. (2019). *Uma Reflexão sobre os Impactos da Tecnologia na Contabilidade*. [Em linha]. Disponível em: <<https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>>. [Consultado em: 02/07/2022].
- Cordeiro, A. e Klann, R. C. (2014). Institucionalização de Hábitos e Rotinas com a Implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SEPD): um estudo em organizações de serviços contábeis. *Revista Gestão Organizacional*, 7(1), pp.79-93.
- Da Costa, S. A. e Costa, B. G. (2021). A Mudança na Carreira do Profissional Contábil. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, 10(20), pp.40-54.
- Ferreira, T. J. (2016). *Automação Contábil: tecnologia aplicada em contabilidade sob a ótica da teoria institucional*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação da Escola de Comércio Álvares Penteado. [Em linha]. Disponível em: <<http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/00002c/00002c49.pdf>>. [Consultado em: 05/08/2022].
- Silva, A. F. et al. (2013). SPED – Public Digital Bookkeeping System: influence in the economic-financial results declared by companies. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 15(48), pp.445-461.
- Guerra, F. M. (2019). *Descomplicando o SPED: aspectos operacionais do Sistema Público de Escrituração Digital*. 2. ed. Fortaleza, Editora Fortes.

- Guerreiro, R. (2022). Algumas Reflexões sobre a Relevância da Pesquisa Contábil para a Sociedade. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 33(90), pp.1-5.
- Hurt, R. L. (2014). *Sistemas de Informações Contábeis*. 3. ed. Porto Alegre, Editora Bookman.
- Kruglianskas, I. (1996). *Tornando a Pequena e Média Empresa Competitiva*. Instituto de Estudos Gerenciais e Editora.
- Longo, W. P. (1984). *Tecnologia e Soberania Nacional*. São Paulo, Editora Nobel.
- Macintosh, N. B. et al. (2000). Accounting as a Simulacrum and Hyperreality: perspectives on income and capital. *Accounting, Organization and Society*, 25(1), pp.13-50.
- Marion, J. C. (2015) *Contabilidade Empresarial*. São Paulo, Editora Atlas.
- Padoveze, C. L. (2012). *Sistemas de Informações Contábeis*. Curitiba, Editora IESDE.
- Silva, G. O. et al. (2020). O Impacto da Tecnologia na Profissão Contábil sob Perspectivas de Pessoas com Formação e/ou sem Experiência Profissional na Área. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, pp.1-23.

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Fusões e aquisições no setor bancário brasileiro: sinergias e rentabilidade

Gabrielly Mendes Costa e Juliano Lima Pinheiro



Perfil


Daniel Coêlho
Presidente da
Fenacon
p. 86

Exclusiva Abracicon

Dificuldades Encontradas pelos Contadores
Brasileiros ao Enviar Informações Contábeis
e Fiscais para o Governo
p. 18

Espaço do Acadêmico

Segurança no trabalho e gestão de riscos:
aplicação, importância e benefícios na
prevenção de acidentes
p. 41



Dificuldades Encontradas pelos Contadores Brasileiros ao Enviar Informações Contábeis e Fiscais para o Governo

Fellipe Matos Guerra e Luís Borges Gouveia

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi apurar as dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade brasileiros ao enviar informações contábeis e fiscais para o Fisco. Participaram na pesquisa 681 profissionais dos quais responderam a um questionário através do Google Forms com perguntas formatadas na escala Likert com 5 respostas, permitindo ainda o respondente, ao fim das perguntas fechadas, emitir sua opinião acerca das dificuldades encontradas no trabalho de prestar informações contábeis e fiscais das empresas perante o Fisco. Para as

cinco possíveis respostas da escala Likert, foram ponderados pesos de 0 a 1 e feita a análise estatística descritiva e o teste do Alfa de Crombach para a escala Likert, tornando a pesquisa de cunho quanti-qualitativo. Os achados da pesquisa revelam que os profissionais da contabilidade brasileiros julgam que: a) o curso superior não forma o profissional da contabilidade para atuar na área fiscal; b) é necessário recorrer a cursos livres, sendo a educação continuada prática adotada pelos profissionais para se manterem atualizados; c) para enviar as informações contábeis e fiscais da empresa para o Fisco, os erros nos arquivos e falhas de comunicação com

o Fisco são comuns; d) existe elevado número de informações repetitivas enviadas em diversas obrigações acessórias; e) as informações contábeis e fiscais prestadas pelas pequenas e médias empresas são difíceis de serem apuradas e enviadas. Por fim, o nível de burocracia percebida pelo contador brasileiro é de 8,93. A pesquisa contribui para a discussão acerca da informação gerada e prestada pelas empresas ao Governo e aponta as dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade em executar tais tarefas. A gestão do E-Gov implementada no Brasil e outros países deveriam ficar atentas a essas dificuldades apresentadas

nessa pesquisa com intuito de reduzir e simplificar as obrigações acessórias contábeis e fiscais das empresas perante o Fisco.

Palavras-chave: Imposto; Accountability; E-Gov; SPED.

DIFFICULTIES FOUND BY BRAZILIAN ACCOUNTANTS WHEN SENDING ACCOUNTING AND TAX INFORMATION TO THE GOVERNMENT

ABSTRACT

The objective of the research was to investigate the difficulties encountered by Brazilian accountants when sending accounting and tax information to the Tax Authorities. 681 accountants participated in the survey and answered a questionnaire through Google Forms with questions formatted on the Likert scale with 5 answers, allowing the respondent, at the end of the closed questions, to express his opinion about the difficulties encountered in the work of providing accounting and tax information. companies with the tax authorities. For the five possible responses on the Likert scale weights from 0 to 1 were weighted and descriptive statistical analysis and Cronbach's Alpha test for the Likert scale were performed, making the research quantitative-qualitative. The findings of the research reveal that Brazilian accountants believe that: a) higher education does not train the accountant to work in the tax area; b) it is necessary to resort to free courses, with practical continuing education adopted by accountants to keep up to date; c) to send the company's accounting and tax information to the Tax Authorities, errors in files and communication failures

with the Tax Authorities are common; d) There is a high number of repetitive information sent in different accessory obligations; e) The accounting and tax information provided by small and medium-sized companies is difficult to obtain and send. Finally, the level of bureaucracy perceived by the Brazilian accountant is 8.93. The research



A atuação das empresas na sociedade é regida por prestação de informações em pouco ou grande volume, e a falta da disponibilização de informações por parte da empresa gera uma gama de penalidades que podem culminar em sua descontinuidade.



contributes to the discussion about the information generated and provided by companies to the government and points out the difficulties encountered by accountants in performing such tasks. The management of E-Gov implemented in Brazil and other countries should be aware of these difficulties presented in this research in order to reduce and simplify the accessory tax and accounting obligations of companies with the tax authorities.

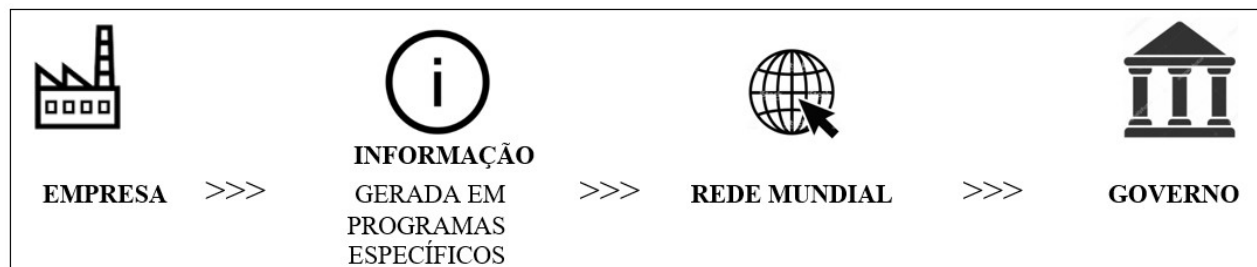
Key-words: Tax; Accountability; E-Gov.

1. INTRODUÇÃO

Empresas são organismos sociais vivos, que, ao se relacionarem com seus clientes, prestando serviços, produzindo e/ou vendendo seus produtos geram impactos na sociedade. Para que elas possam operar de maneira legal, elas devem prestar contas de diversas informações prioritariamente ao Governo e, secundariamente, à sociedade, aos clientes, aos fornecedores, aos credores e demais stakeholders. Sabe-se, no entanto, que quanto maior a empresa, mais informações ela deve prestar, e que, na prática, quanto maior a empresa, mais informações ela deixará disponível ou deverá fornecer ao Governo. Nesse sentido, a atuação das empresas na sociedade é regida por prestação de informações em pouco ou grande volume, e a falta da disponibilização de informações por parte da empresa gera uma gama de penalidades que podem culminar em sua descontinuidade.

A **Figura 1** evidencia como as empresas enviam as informações ao Governo através do modelo físico, em que a geração da informação é elaborada através de um programa específico dado pelo Governo. Ou seja, a informação a ser prestada pelas empresas ao Governo é parametrizada de acordo com o layout do sistema do Governo. De acordo com Helbig, Gil-García e Ferro (2005), o Governo Eletrônico faz a operação do tipo G2B, em que as empresas jurídicas prestam informações para o Governo. Nesse sentido, a informação prestada pela empresa é aquela que o Governo exige, parametrizada e organizada pelo Governo, devendo a empresa preencher todos os campos informacionais para conseguir enviar as informações.

Figura 1 - Modelo básico do envio da informação da empresa para o Governo
 Fonte: elaborado pelos autores



Na opinião de Geron et. al. (2011, pág. 47)

“o Governo brasileiro vem buscando combater a sonegação fiscal, controlando cada vez mais seu sistema de administração tributária.” Ainda de acordo com Geron et. al. (2011, pág. 47) “os avanços apresentados nas áreas de tecnologia da informação e comunicação eletrônica, passaram a colaborar com o Governo no exercício de suas funções”.

Diante do contexto de que toda empresa é um agente na sociedade, sendo obrigada a prestar informações para o Governo, essa pesquisa tem como objetivo principal apurar as dificuldades encontradas pelas empresas que atuam no Brasil e em Portugal ao enviar informações contábeis-fiscais da empresa para o Governo. A questão norteadora da pesquisa é: Quais principais dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras ao enviar informações contábeis-fiscais para o Governo?

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Governo Eletrônico

Governo Eletrônico é a modernização do Estado através de plataformas digitais, que permitem ao cidadão consultar

dados públicos e resolver diversos tipos de situações de forma digital. Nesse contexto, tem-se a informação acessível, permitindo maior transparência, legitimidade acerca das informações consultadas, maior integração dos serviços públicos, confiança pública, e tudo feito de forma on-line. De acordo com o entendimento de Schedler e Scharf (2001), independentemente do tipo de transação realizada, o objetivo do Governo Eletrônico é melhorar o desempenho interno e externo do setor público, tendo como centro o cidadão.

Diversos países aderiram a esse formato de Governo e a Organização das Nações Unidas (ONU), elabora bianualmente um estudo denominado “Estudo sobre Governo Eletrônico da ONU”, publicando edições desde 2001, ranqueando os países mais adeptos adequados tecnologicamente a esse tipo de gestão. No estudo mais recente publicado em 2018, a ONU declarou que (2018, pág. 6):

“Os gestores públicos devem ter como objetivo um Governo aberto aos cidadãos. Processos inovadores de coordenação, mecanismos de entrega de serviços públicos e o envolvimento e empoderamento dos cidadãos são essenciais, assim como tornar esses serviços abertos, inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade,

incluindo os menos favorecidos e os mais vulneráveis”.

No referido Estudo elaborado pela ONU, o Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico revela o Brasil na posição 44 do ranking, e Portugal na posição 29, em que a amostra tem um total de 186 países.

Na esfera tributária, o Governo Eletrônico também é um pilar importante, pois o Estado recebe os impostos das pessoas naturais e jurídicas e deve aplicá-los de forma eficiente. A transparência do recurso público evidenciando sua origem e aplicação é de fundamental importância para uma sociedade mais justa. A República da Coreia, especificamente a Província de Chungcheongnam-do, possui o maior exemplo de aplicação eficiente de recursos públicos, em que divulga em tempo real através da internet a origem de 100% dos impostos arrecadados e sua aplicação.

A implementação e evolução do Governo Eletrônico tem como benefício esperado: a eficiência das análises de cruzamento de dados feitas pelo Governo, redução de mão de obra para fazer o serviço, assertividade nas informações apuradas, redução da sonegação fiscal e transparência no gerenciamento dos recursos público. Como consequência

dessa implementação e melhoria contínua do Governo Eletrônico, tem-se a melhora na qualidade de vida dos cidadãos e significativo aumento na qualidade do controle da gestão pública.

Autores como Lemos (2007) e Ferrer e Santos (2004) destacam que o Governo Eletrônico irá possibilitar uma democracia revitalizada por conta da maior proximidade da população junto ao Governo. Nesse contexto, cidadãos são agentes primordiais da política junto com o Governo, quando ocorre uma proximidade da população junto ao Governo e do Governo junto à sociedade, ocorrendo uma quebra de paradigma nessa relação. Com a democratização do Estado através do advento da chegada e aperfeiçoamento contínuo do Governo Eletrônico, pesquisadores como Lenihan (2002) e Nunes (2004) destacam que em um Governo democrático existem três esferas inter-relacionadas, a saber: Política, Administração e Sociedade. Esses três agentes se relacionam de maneira mais facilmente com a chegada do Governo Eletrônico e estão interligados.

O movimento relacionado ao Governo Eletrônico é consequência natural do advento da chegada da internet, evento típico da sociedade na era da informação. Em um mundo capitalista, e com uso desenfreado da tecnologia e com ampla base de dados as quais se interligam, fica fácil compreender a mudança do papel dos governos na sociedade, que vai além de prover a sociedade com bens e serviços, mas atuar com transparência em relação à captação e à locação dos recursos financeiros. O foco dos governos passa a ser fazer mais com menos, conceito esse inserido no contexto da eficiência.

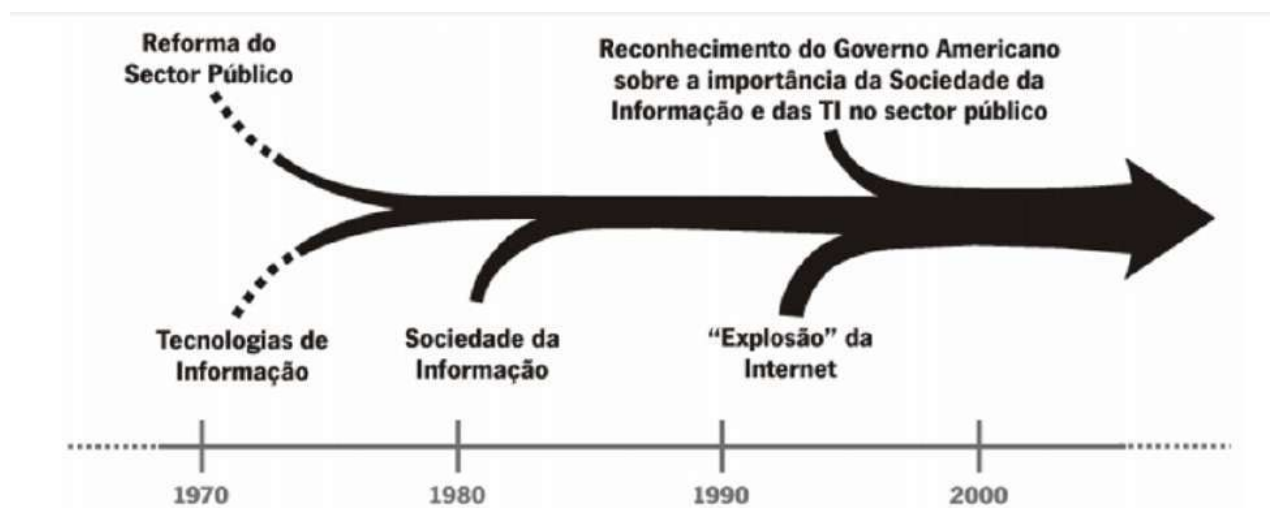
Governo Eletrônico pode ser entendido de que forma o Governo oferta serviços à população, tendo como enfoque na revisão contínua de seus sistemas e do modus operandi dos processos. Por outro lado, é compreendido também pela forma como o Governo controla os recursos financeiros por ele recebido e de que forma ele presta contas à sociedade através da alocação correta e eficiente dos recursos financeiros por ele administrado.

Para Coelho (p. 41, 2009)

“A partir do fim dos anos 90, os governos de todo mundo começam a fazer reformas em suas estruturas administrativas voltadas para a modernização com inovações tecnológicas, seja para aumentar a eficiência, seja como uma nova forma de oferecer serviços à sociedade e, eventualmente, redefinir suas atividades e aumentar o acesso à informação governamental.”

Mundialmente, o Governo Eletrônico foi iniciado pelos países mais ricos do mundo formados pelo conglomerado G8. Nesse momento, o Governo passa a ser um cliente da sociedade, o qual está inserida na era da informação. A ideia é que os Governos adotem uma postura mais eficiente acerca da gestão dos recursos por conta da chegada da internet, a qual mudou a forma com que as pessoas se relacionam. A concepção do Governo Eletrônico deu-se pelo reconhecimento do Governo Norte-Americano através da chegada da Tecnologia da Informação, reforma do Poder Público e “explosão” da internet modificando a forma como as pessoas se relacionam na sociedade, conforme evidenciado na Figura 2.

Figura 2 - Principais marcos que conduziram o Governo Eletrônico
Fonte: Soares (p. 21, 2009)



2.1.1 Governo Eletrônico no Brasil

O Brasil iniciou o Governo Eletrônico no ano de 2000 com a chegada da "Proposta de Política de Governo Eletrônico Para o Poder Executivo Federal", liderada pelo então chefe de estado do Brasil Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Mora (2005, pág. 5), no Brasil, a concepção ideológica do projeto consiste em "explorar as possibilidades de fiscalização embutidas nas novas tecnologias e utilizar a internet, com ênfase na relação fisco-contribuinte." Nesse contexto, fica óbvio que no Brasil, o Governo Eletrônico ficará também concentrado na cobrança de devedores tributários, bem como na verificação da consistência da apuração dos impostos apurado e pago pelos cidadãos e empresas.

Apesar do contraste social que ocorre no Brasil, com 26 estados e um Distrito Federal, em que os 220 milhões de habitantes possuem classes sociais e escolaridade muito diferentes, e em alguns lugares impera a pobreza, mas em outros nem tanto, a internet e o Governo Eletrônico são grandes desafios. Com isso, quando se fala em Governo Eletrônico no Brasil, iremos encontrar discrepâncias pois são diversas realidades num território com 8,5 milhões de km, sendo o quinto maior país em extensão territorial e com realidades bem diferentes em cada região do país. Dessa forma, enquanto em alguns lugares do Brasil o Governo Eletrônico nem existe, em outros ele pode estar pouco ou até muito avançado. Com o intuito de amenizar essas discrepâncias, existe o Comitê Executivo de Governo Eletrônico, o qual estabelece políticas, diretrizes e articula ações referentes à implantação do Governo Eletrônico, o qual, no mês de setembro de 2000, apresentou a "Política de Governo Eletrônico". No ano de 2002, o Governo publicou o primeiro relatório

informando o status até o momento em relação às ações e às medidas tomadas pelo Governo federal e desafios, com intuito de ampliar as bases do conceito de Governo Eletrônico para os diversos estados e municípios brasileiros.

“A primeira medida tomada pelo Governo brasileiro no tocante à implementação do Governo Eletrônico foi ampliar as bases de consultas e acesso, fazendo dos Portais do Governo um grande balcão de consultas a ser utilizado pela população, conforme destaca o documento acerca da reformulação dos Portais do Governo para serem “verdadeiros balcões virtuais de informação atendimento para a prestação de serviços.”

A primeira medida tomada pelo Governo brasileiro no tocante à implementação do Governo Eletrônico foi ampliar as bases de consultas e acesso, fazendo dos

Portais do Governo um grande balcão de consultas a ser utilizado pela população, conforme destaca o documento acerca da reformulação dos Portais do Governo para serem “verdadeiros balcões virtuais de informação atendimento para a prestação de serviços.” Note-se que a ideia é deixar disponíveis informações para consultas públicas e demais itens relacionados a prestações de serviços de uma forma em geral tomando como base a concepção do “Cidadão/Cliente” (MARTINUZZO, 2008).

No ranking bienal elaborado pela ONU acerca do Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico, mostra o Brasil na posição 44 do ranking, no ano de 2018, e, na posição 51, na edição de 2016, evidenciando uma subida de 7 degraus, sendo o Brasil o país com maior índice da América Latina.

2.2 O Regime Tributário Brasileiro

Um dos regimes tributários mais complexos do mundo é o brasileiro, pois são 93 tipos de impostos, taxas, contribuição de melhoria ou contribuição parafiscal, dotado de um grande arcabouço complexo de leis, normas e instruções tributárias e com diversos tributos, os quais incidem sobre patrimônio, folha de pagamento, renda, operação financeira, lucro, faturamento, etc. Somando-se o fato que se devem enviar as diversas obrigações fiscais acessórias, torna a operação empresarial no Brasil morosa e cara.

No Brasil, uma empresa com fins lucrativos deve escolher um regime tributário, podendo ser optante pelo Simples, desde que o faturamento anual não exceda a R\$4.800.000,00, e, nos casos em que se apura um valor de faturamento acima desse montante, a empresa optará pelo regime do lucro real

ou lucro presumido, ou em último caso, pelo lucro arbitrado. Frisa-se então que o regime tributário Simples, que reduz as obrigações fiscais acessórias, é restrito para algumas empresas, pois depende do faturamento auferido anualmente, quadro societário, atividade(s) da empresa. O Quadro 1 evidencia os regimes tributários que as empresas com fins lucrativos podem escolher no Brasil, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) em seu art. 44.

2.2 O Regime Tributário Brasileiro

Um dos regimes tributários mais complexos do mundo é o brasileiro,

pois são 93 tipos de impostos, taxas, contribuição de melhoria ou contribuição parafiscal, dotado de um grande arcabouço complexo de leis, normas e instruções tributárias e com diversos tributos, os quais incidem sobre patrimônio, folha de pagamento, renda, operação financeira, lucro, faturamento, etc. Somando-se o fato que se devem enviar as diversas obrigações fiscais acessórias, torna a operação empresarial no Brasil morosa e cara.

No Brasil, uma empresa com fins lucrativos deve escolher um regime tributário, podendo ser optante pelo

Simples, desde que o faturamento anual não exceda a R\$4.800.000,00, e, nos casos em que se apura um valor de faturamento acima desse montante, a empresa optará pelo regime do lucro real ou lucro presumido, ou em último caso, pelo lucro arbitrado. Frisa-se então que o regime tributário Simples, que reduz as obrigações fiscais acessórias, é restrito para algumas empresas, pois depende do faturamento auferido anualmente, quadro societário, atividade(s) da empresa. O **Quadro 1** evidencia os regimes tributários que as empresas com fins lucrativos podem escolher no Brasil, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) em seu art. 44.

Quadro 1 - Regimes tributários para empresas brasileiras
Fonte: elaborado pelos autores.

Regime	Características básicas
Simples	Dividido em Micro, Pequenas e Médias empresas que possuam faturamento anual de até R\$ 4.800.000,00. Esse regime tributário unifica os principais tributos em uma única guia de recolhimento, simplificando a apuração e cálculo. Via de regra, a carga tributária efetiva para as empresas optantes por esse regime tributário é menor, se comparado com os demais regimes tributários.
Lucro Presumido	Nesse regime, presume-se que parte do faturamento trimestral da empresa é lucro tributável para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social. Esse regime, determina que haverá tributação sobre o faturamento da atividade fim para os tributos PIS e Cofins.
Lucro Real	Nesse regime, o lucro tributável para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social parte do lucro contábil, o qual é feito adições e exclusões. Nesse regime, a apuração de PIS e Cofins incide sobre as receitas auferidas, possuindo a compensação de créditos, mediante confronto de débitos e créditos, através do regime não cumulativo.
Lucro Arbitrado	Cabível quando a empresa não tem organização e controle das finanças e apresenta uma contabilidade desorganizada e imprestável.

No regime de tributação Simples, os principais tributos estão inseridos em uma única guia de recolhimento, facilitando a apuração e arrecadação tributária. Trata-se de um regime simplificado, em que por meio do faturamento auferido na atividade-fim, calculam-se os tributos devidos. Apesar da simplificação no cálculo dos tributos, é notória a redução das obrigações fiscais da empresa optante

pelo Simples, se comparado com os regimes não optantes como lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado.

Pelo fato de o regime Simples ser atrativo sob o ponto de vista da economia tributária e da redução das obrigações acessórias, o Governo brasileiro entende que esse regime é um benefício, e, por isso, as empresas pretendentes a esse

regime tributário devem apresentar uma série de condições concomitantes para ser inserida no regime de tributação do Simples como:

- a) ter faturamento anual inferior a R\$4.800.000,00;
- b) ter atividade(s) operacional(ais) pertencentes as atividades permitidas para o regime;

c) não possuir qualquer tipo de dívida tributária;

d) não possuir em seu quadro de sócios empresas ou pessoa estrangeira sem domicílio no Brasil.

No regime do Simples, a empresa deve elaborar algumas obrigações acessórias como: enviar a Defis anualmente contendo informações do lucro apurado e distribuído, saldos de caixa e banco, valor de estoque final e inicial, total das despesas auferidas, entre outras informações; enviar o SPED EFD Reinf mensalmente somente no caso da empresa ter o INSS retido em sua nota fiscal de prestação de serviço; enviar mensalmente o E-social caso a empresa possua funcionários; enviar o Sped EFD ICMS IPI, caso a empresa seja comercial ou industrial com faturamento bruto anual no exercício seguinte entre R\$3.600.000,01 e R\$4.800.000,00.

No regime de tributação do lucro presumido, lucro real ou lucro arbitrado, a empresa deve recolher os diversos tributos em guia própria de recolhimento, apurando-os de forma individualizada. Diferente do regime tributário Simples, no lucro presumido, cada tributo é apurado com critérios próprios, com bases de cálculos diferentes e recolhidos em guias tributárias próprias. Nesse regime tributário, a empresa deve enviar as seguintes obrigações acessórias: enviar mensalmente a DCTF com intuito de declarar as dívidas e se for o caso, os respectivos pagamentos; enviar o Sped

EFD Reinf mensalmente somente no caso de a empresa ter o INSS retido em sua nota fiscal de prestação de serviço; enviar mensalmente o E-social caso a empresa possua funcionários; enviar o Sped EFD ICMS IPI, caso a empresa seja comercial ou industrial; enviar anualmente o Sped ECD, caso a distribuição de lucros seja superior ao lucro fiscal presumido, deduzidos os tributos federais, e, no caso de a receita bruta anual ser superior a R\$ 1.200.000,00; enviar anualmente o Sped, ECF, informando os dados relacionados à apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Considerando as empresas com fins lucrativos, devemos expor que, no Brasil, os tributos para esse tipo de empresa são inerentes: a) sobre o faturamento; b) sobre o lucro e c) sobre a folha de pagamento. Ou seja, as empresas com fins lucrativos devem apurar diversos tributos, sendo eles sobre o faturamento como: PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS; sobre o lucro como: IRPJ e CSLL e sobre a folha como: INSS e FGTS. A depender do regime tributário em que a empresa com fins lucrativos faça parte (Simples, lucro real, lucro presumido ou lucro arbitrado), a apuração desses tributos muda de forma drástica, bem como a obrigatoriedade das obrigações acessórias.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Coleta dos Dados

Com intuito de responder ao problema

de pesquisa, será utilizada como instrumento para coleta de dados a técnica de entrevista com perguntas abertas e fechadas, a ser feita aos profissionais da contabilidade que atuam no Brasil. Esse tipo de pesquisa com coleta de dados por meio de entrevista busca compreender fenômenos que acontecem com a população pesquisada, permitindo assim avaliar o sentimento acerca dos entrevistados.

A entrevista com os respondentes será feita através da plataforma Google Forms, a qual disponibiliza o formulário de pesquisa gratuito e de elevada confiabilidade, permitindo assim coletar informações com vários tipos de respostas, sendo abertas e/ou fechadas. Os respondentes serão obrigatoriamente profissionais da contabilidade que atuam no Brasil. A técnica da entrevista com uso de formulários é largamente utilizada em pesquisas, podendo inclusive capaz de produzir conhecimento novo a respeito de uma área ou fenômeno (ROSA e ARNOLDI, 2006).

Considerando a Escala de Likert com possibilidade de respostas com números ímpares, será utilizada a régua com 5 possíveis respostas a saber: 1) Discordo totalmente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo totalmente, conforme ilustra a Figura 3. Além das perguntas com respostas no formato de escala de Likert, será permitido, em determinada questão, ao respondente relatar sua opinião acerca das maiores dificuldades em enviar informações contábeis e fiscais para o Governo.

Figura 3 - Escala de Likert com 5 respostas

Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo e nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.2 Tratamento dos Dados e Classificação da Pesquisa

Pesquisas que buscam compreender o comportamento humano podem utilizar a Escala criada por Rensis Likert, em 1932. De acordo com Matthiensen (2011, Pág. 8), “A utilização do questionário é uma das formas mais práticas de obtenção de informações quando existe a necessidade de saber sobre comportamentos, atitudes, opiniões e preferências apud HORA et. al., 2010”. Nessa pesquisa, a maior parte dos dados coletados dos respondentes serão tratados estatisticamente com base na Escala Likert de 5 variáveis, sendo a resposta central com efeito nulo por ser uma resposta Indiferente. Dessa forma, na Escala Likert com 5 variáveis será utilizado as respostas dos dois extremos positivos e negativos. Dessa forma, numa escala Likert com 5 respostas podemos visualizar a seguinte régua de pontuação: -2, -1, 0, +1 e +2. Pode-se também pensar numa outra régua de pontuação iniciando em 1 e terminando em 5. Dessa forma, poder-se-á apurar o total da pontuação obtida para cada questão, permitindo concluir o quanto a afirmativa que se busca resposta está próximo ou distante da realidade. Dessa forma, uma afirmativa poderá ter pontuação alta ou baixa a depender da pontuação acumulada. No caso de uma escala Likert com 5 respostas possíveis e com 10 participantes, a pontuação mínima na régua de -2 a 2 é -20 e a máxima é 20. Já na régua que pontua de 1 a 5 a nota mínima é 10 e máxima é 50. Independente da régua utilizada para pontuar, tem-se um espaço de 40 pontos entre o mínimo e o máximo.

O número de respondentes foi de 682 e, de acordo com Lima (2000), as pesquisas que utilizam Escala Likert que possuam de 100 a 200 respondentes estão aptas para se fazerem as análises e conclusões.

Essa pesquisa é do tipo não probabilística e com participantes selecionados por conveniência. Com intuito de responder ao problema de pesquisa, serão excluídos os formulários recebidos pelos respondentes não profissionais da contabilidade, visto que o objetivo central da pesquisa é compreender as dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade em enviar informações contábeis e fiscais para o Governo. Dessa forma, excluir da análise aqueles que não são profissionais da contabilidade possibilitará fazer uma inferência mais assertiva à medida que esse não compreende o universo contábil e tributário.

“**A utilização do questionário é uma das formas mais práticas de obtenção de informações quando existe a necessidade de saber sobre comportamentos, atitudes, opiniões e preferências.**”

Será utilizada nessa pesquisa a Escala de Likert original, ou seja, aquela com 5 possibilidades de respostas, sendo a questão central do tipo indiferente e as questões da extremidade positivas e negativas, do tipo concordo totalmente e discordo totalmente. Sabe-se que, a partir da Escala original de Likert, surgiram outras escalas do tipo-Likert com 7 ou 11 escalas, sendo a questão central indiferente. Não há consenso

sobre a melhor escala, se de 5, 7 ou 11 respostas, mas o fato é que as escalas com maiores possibilidade de respostas podem prejudicar a análise à medida que existe elevada dispersão de dados, podendo ser corrigida com um número maior de respondentes da pesquisa. Por outro lado, uma escala tipo-Likert com apenas 3 possíveis respostas, sendo a resposta central indiferente e as extremidades do tipo “concordo e discordo”, podem não permitir uma boa análise dos dados. Em relação a esse assunto, Dalmoro e Vieira (2013, Pág. 163), afirmam:

Embora o uso de escalas com outro número de itens, diferente de cinco, represente uma escala de classificação, quando esta não contiver cinco opções de resposta, não se configura uma escala Likert, mas, sim, do “tipo Likert (...). A variação no número de itens da escala originalmente proposta por Likert tem fomentado inúmeras discussões sobre a escolha da escala a ser utilizada”.

Conforme elucidado, o número possível de respostas da escala Likert pode afetar a análise dos dados e, por isso, optou-se nessa pesquisa seguir o método tradicional com 5 respostas. Além disso, há que destacar que a forma em que as respostas são apresentadas também interferem nas respostas. Pesquisas já foram feitas com o intuito de compreender o nível de interferência na disposição de como as respostas são apresentadas, conforme apresenta Barnette (2000). A disposição da ordem inversa das respostas pode, sim, afetar a análise dos resultados à medida que a inversão pode confundir os respondentes, conforme mostra a Figura 4, as escalas Likert invertidas. Para esta pesquisa, foi mantida a disposição original da Escala Likert, iniciando na esquerda com Discordo Totalmente, visto que o nível de confiabilidade é mais adequado.

Figura 4 - Escalas Likert com disposições inversas

O teste estatístico a ser empregado na Escala Likert será o Coeficiente de Alfa de Cronbach com intuito de verificar a consistência do formulário que foi aplicado aos entrevistados conforme detalha a **Equação 1**.

Equação 1: Teste Alfa de Cronbach

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k S_i^2}{S_t^2} \right)$$

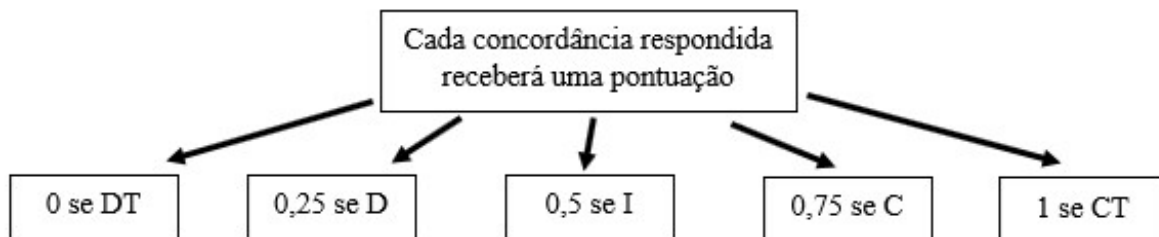
K = Número de respondentes da amostra; S_{2i} = Total das variâncias individuais; S_{2t} = Total das variâncias totais.

Por mais que se espere um resultado para o alfa de Cronbach entre 0,7 a 0,9, é controverso julgar fora desse parâmetro não se tem confiabilidade no questionário. Segundo Hora et. al. (2011, Pág. 92):

“Não há um valor mínimo definido para o coeficiente alfa de Cronbach ser aceito como bom, mas acha-se na literatura o valor de 0,70 como mínimo aceitável apud (FREITAS & CONGÇALVEZ, 2005; URDAN, 2001; OVIEDO & CAMPO-ARIAS, 2005; MILAN & TREZ, 2005). Existem, entretanto, autores que utilizam o alfa sem fazerem nenhuma menção a um mínimo (SALOMI et al, 2005; XEXEO, 2001; MIGUEL & SALOMI, 2004; MAÇADA et al, 2000; MATO & VEIGA, 2000).”

Em relação ao tipo de pesquisa e a sua abordagem, ela se classifica como

quali-qualitativa. O formulário enviado busca compreender a experiência desses profissionais da contabilidade ao enviarem as informações contábeis e fiscais ao Governo. Esse formulário contendo afirmações em que o respondente marca se concorda totalmente ou discorda totalmente é do tipo qualitativo. O fato é que o respondente marca uma opção entre cinco possíveis, sendo esta de cunho qualitativo. No entanto, com intuito de tornar as repostas para o viés quantitativo, será aplicada a metodologia de Hora et. al. (2010), o qual atribuiu pesos para as repostas, permitindo fazer uma espécie de pontuação para cada questão. A Figura 5 evidencia a aplicação da pontuação de Hora et. al. (2010) para as repostas com mínimo de 0 e máximo de 1.

**Figura 5 -** Distribuição da pontuação para as respostas

Legenda: C – Concordo; CD – Concordo Totalmente; I – Indiferente; D – Discordo e DT – Discordo Totalmente

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos respondentes e as análises estatísticas resultantes da coleta de dados efetuada.

4.1 Alfa de Cronbach

O primeiro teste estatístico a ser feito é do Alfa de Cronbach com intuito de verificar a consistência do instrumento de pesquisa. Espera-se um Alfa de Cronbach entre 0,7

a 0,9, mas não é consenso na literatura que valores abaixo de 0,7 indiquem falta de consistência no formulário, inclusive porque quando especialistas respondem, a tendência é ter repostas na mesma

direção e, por isso, é aceito um Alfa de Cronbach inferior a 0,7. Para muitos pesquisadores, não existe consenso acerca desse parâmetro de confiabilidade do instrumento não paramétrico.

$$\alpha = \left(\frac{682}{682 - 1} \right) x \left(1 - \sum_{i=1}^{682} 3,445625 \div 4,684883 \right) = 0,2649$$

Pergunta	Respostas	Soma	Média	Mediana	Variância	Desv pad
1. Você é contador ou técnico em contabilidade ou envia informações contábeis e fiscais para o Fisco?	681 pessoas: Sim 65 pessoas: Não	-	-	-	-	-
2. O lançamento mensal do faturamento bruto auferido pela empresa no anexo correto no PGDAS é uma tarefa fácil e sem complexidade	8% CT; 33% C; 22% I; 29% D; 8% DT	347,25	0,5099	0,5	0,0792	0,2814
3. As informações prestadas anualmente na Defis como saldo inicial e final de caixa, saldo inicial e final de estoque, total de despesas auferidas e valor distribuído do lucro são itens fáceis de serem apurados	5% CT; 31% C; 20% I; 35% D; 9% DT	319,25	0,4687	0,5	0,075	0,2742
4. As empresas optantes pelo Simples deveriam fornecer informações contábeis e fiscais mais simplificadas para o Fisco	18% CT; 49% C; 11% I; 18% D; 5% DT	437,75	0,6428	0,75	0,0785	0,2802
5. É fácil parametrizar o sistema para emissão de notas fiscais eletrônicas comerciais	3% CT; 19% C; 20% I; 42% D; 17% DT	253,5	0,3722	0,25	0,0702	0,2650
6. É fácil parametrizar o sistema para emissão de notas fiscais eletrônicas de serviço	6% CT; 36% C; 22% I; 28% D; 8% DT	346,75	0,5091	0,5	0,0757	0,2752

7. Recorrentemente ao informar a receita bruta no PGDAS ou ao enviar a Defis, o sistema E-cac apresenta erro impedindo enviar as informações	6% CT; 28% C; 31% I; 30% D; 5% DT	340	0,4992	0,5	0,0641	0,2532
8. O cruzamento de dados contábeis e fiscais feito pelo Fisco das empresas Simples Nacional é falho e não apura sonegação praticada pela empresa	10% CT; 39% C; 26% I; 21% D; 4% DT	393,75	0,5781	0,5	0,0663	0,2576
9. O Sped E-Social é fácil de ser manuseado	1% CT; 8% C; 24% I; 41% D; 27% DT	198,5	0,2914	0,25	0,0571	0,2391
10. O Sped EFD Contribuições é fácil de ser manuseado	2% CT; 24% C; 19% I; 39% D; 16% DT	266,75	0,3917	0,25	0,0725	0,2693
11. O Sped EFD ICMS IPI é de fácil ser manuseado	1% CT; 20% C; 19% I; 40% D; 19% DT	246,75	0,3623	0,25	0,0698	0,2643
12. O Sped EFD Reinf é fácil de ser manuseado	1% CT; 19% C; 27% I; 35% D; 17% DT	258,5	0,3795	0,25	0,0663	0,2576
13. O Sped ECF é fácil de ser manuseado	1% CT; 12% C; 26% I; 37% D; 24% DT	220,5	0,3237	0,25	0,0617	0,2484
14. O Sped ECD é fácil de ser manuseado	1% CT; 12% C; 26% I; 37% D; 24% DT	220,25	0,3234	0,25	0,0620	0,2491

15. As informações prestadas nos diversos Speds são excessivas	25% CT; 45% C; 15% I; 12% D; 2% DT	474,5	0,6967	0,75	0,0660	0,2569
16. A DCTF é fácil de ser manuseada	9% CT; 44% C; 20% I; 23% D; 4% DT	396,75	0,5825	0,75	0,0669	0,258
17. O cruzamento de dados contábeis e fiscais feito pelo Fisco nas empresas Lucro Presumido é inconsistente e não permite o Fisco apurar sonegação praticada pela empresa	4% CT; 25% C; 28% I; 35% D; 8% DT	310	0,4552	0,5	0,0649	0,2547
18. O cruzamento de dados contábeis e fiscais feito pelo Fisco nas empresas Lucro Real é inconsistente e não permite o Fisco apurar sonegação praticada pela empresa	2% CT; 17% C; 30% I; 40% D; 10% DT	275	0,4038	0,25	0,058	0,2423
19. A apuração do lucro fiscal tributável no lucro real, que é a base de cálculo para o imposto de renda é fácil de ser apurado	1% CT; 13% C; 26% I; 46% D; 15% DT	239,5	0,3516	0,25	0,0537	0,2317
20. Em um contexto geral, prestar informações contábeis e fiscais de empresa de PEQUENO PORTE para o Fisco demanda muito tempo	16% CT; 46% C; 18% I; 19% D; 1% DT	435,5	0,6395	0,75	0,0634	0,2518
21. Em um contexto geral, prestar informações contábeis e fiscais da empresa de MÉDIO E GRANDE PORTE para o Fisco demanda muito tempo	30% CT; 53% C; 12% I; 5% D; 0% DT	523,5	0,7687	0,75	0,0396	0,1990
22. O curso universitário não prepara totalmente o candidato para o mercado de trabalho atuar na área contábil fiscal	65% CT; 30% C; 3% I; 1% D; 1% DT	587	0,1027	0	0,0258	0,1606

23. Para compreender a área tributária e ser atuante é necessário fazer cursos livres	57% CT; 37% C; 3% I; 2% D; 1% DT	591,5	0,8685	1	0,0336	0,1833
24. Dê uma nota para o nível de burocracia para as empresas cumprirem suas obrigações tributárias, onde 1 é o nível mínimo. Ou seja, a nota 1 é para pouquíssimo burocrático e 10 e para muitíssimo burocrático.	Nota de 1 a 10		8,93			
25. Nas linhas abaixo você poderia nos relatar os principais e mais recorrentes problemas encontrados ao enviar as informações contábeis e fiscais para o Fisco	Dissertativa livre e não obrigatória					

Quadro 2 - - Questões respondidas por profissionais da contabilidade brasileiros

Legenda: C – Concordo; CD – Concordo Totalmente; I – Indiferente; D – Discordo e DT – Discordo Totalmente

Os números revelam que o nível de burocracia tributária percebido pelo profissional da contabilidade brasileiro é de 8,93 numa escala máxima de 10 pontos. Ou seja, os profissionais da contabilidade que preparam a informação contábil e fiscal das empresas para prestar ao Fisco julgam existir uma elevada burocracia para executar a tarefa.

A maioria dos profissionais da contabilidade declaram que o curso universitário não os prepara para o mercado de trabalho, especificamente para o setor fiscal. Considerando que a pontuação desse quesito foi 587 em um total máximo de 681 pontos, conclui-se que o nível de adesão à afirmativa foi 86,19%, em que os respondentes consideram que não foram preparados pela universidade para atuar na área fiscal. Corroborando a falta de preparo percebida pelo profissional da contabilidade brasileiro, ao sair da

universidade para atuar na área fiscal, o respondente declara que, para ser um atuante na área tributária no Brasil, é necessário fazer cursos livres (formação especializada), sendo o nível de adesão a essa posição apontado por 86,86% dos respondentes. Frisa-se que essa questão teve pontuação de 591,5 e, considerando a pontuação máxima da escala de 681 pontos, apurou-se o índice de 86,86%.

De acordo com estas análises iniciais, a primeira pergunta que carece reflexão é: as universidades brasileiras em Contabilidade não preparam o discente para atuar na área fiscal ou as complexas normas tributárias brasileiras, que são alteradas constantemente é que promove a sensação de despreparo para atuar na área fiscal? Esta pesquisa não busca compreender o nível de qualidade das universidades em Contabilidade brasileira, tampouco busca entender o motivo do sentimento de o profissional sentir-se despreparado ao sair da universidade.

Mas um ponto demasiadamente relevante apurado nessa pesquisa é a sensação de despreparo do profissional da contabilidade brasileiro para atuar na área fiscal após concluir o curso universitário em Contabilidade.

Considerando o fato de que a pesquisa permitiu que os profissionais da contabilidade descrevessem seu sentimento em relação a atuação na área contábil e fiscal, percebe-se uma quantidade significativa de reclamação relacionada aos erros recorrentes dos arquivos gerados para envio ao Fisco, sistemas lentos, instabilidade nos sítios receptores das informações contábeis e fiscais, falha na conexão ao enviar informações, falta de preparo daquele que envia, erro com códigos tributários de produtos, legislação complexa, e principalmente as informações contábeis e fiscais duplicadas em diversas declarações enviadas a diversos entes da Federação brasileira. Vale frisar

que apesar das diversas dificuldades apuradas por estes profissionais da contabilidade participantes da pesquisa, o Governo brasileiro avança na melhoria da prestação de contas que as empresas fazem ao Fisco, tendendo a reduzir gradualmente as obrigações acessórias. Mas o fato constatado em relação aos profissionais da contabilidade brasileiros é a sensação do elevado nível de dificuldade para atuar na área fiscal pelo fato de os programas fornecidos pelo Governo, que foram criados justamente para facilitar o envio das informações fiscais e contábeis, serem morosos, trabalhosos e gerarem um elevado número de erros, inconsistências e dificuldade para envio.

A pesquisa revela que a obrigação acessória mais difícil de ser elaborada na opinião do profissional brasileiro é o Sped E-social com 198,5 pontos, perfazendo uma adesão à afirmativa acerca da facilidade em manusear o Sped E-social em 29,14%. Ou seja, é baixíssimo o nível de adesão à afirmativa, mostrando claramente a dificuldade em manusear e entregar informações acerca da folha de pagamento e seguridade social. Já a obrigação acessória que o profissional tem mais facilidade de fazer e enviar é a DCTF, com 396,75 pontos com nível de adesão à afirmativa de 58,25%. Em relação aos Speds Contábil Fiscal (Sped ECF) e Contábil Digital (Sped ECD), eles apresentam o mesmo nível de dificuldade para os profissionais da contabilidade brasileiros, com pontuação de 220,5 e 220,25 respectivamente, o que são tecnicamente iguais. A adesão à afirmativa acerca da facilidade em manusear e gerar as informações contábeis e fiscais nos referidos Speds é de 32,37% e 32,34%, respectivamente. Já em relação à facilidade de manusear o Sped EFD Reinf o nível de adesão a afirmativa foi de 37,95%. Por fim, o Sped

IPI ICMS e o Sped EFD Contribuições tiveram nível de adesão de afirmativa acerca de sua facilidade de manuseio de 36,23% e 37,95% respectivamente. Os números apurados em relação ao envio e à elaboração dos diversos Speds revelam o quanto os profissionais da contabilidade têm dificuldades para



Considerando o fato de que a pesquisa permitiu que os profissionais da contabilidade descrevessem seu sentimento em relação a atuação na área contábil e fiscal, percebe-se uma quantidade significativa de reclamação relacionada aos erros recorrentes dos arquivos gerados para envio ao Fisco, sistemas lentos, instabilidade nos sítios receptores das informações contábeis e fiscais.



executá-los. Observando as respostas dissertativas dos profissionais da contabilidade, em que a queixa por erros constantes na geração dos arquivos para

envio dos Speds ao Fisco foi pontuada pelos diversos respondentes, conforme abaixo replicado algumas considerações dos respondentes:

"O SPED é sinônimo de complexidade da informação. Muitos blocos e divisões, as vezes de coisas que poderiam sim ser resumidas e compactadas";

"Sistemas para recepção de arquivos, cheio de falhas e lento

"Erros de cruzamentos entre os SPEDs, várias atualizações do PVA";

"Muitos erros";

"O cadastro de produtos inconsistentes, contas do plano de contas não sincronizadas, erros no SPED ICMS corrigidos no próprio SPED";

"Sistema fora de ar, sistema dando erro, Governo não sabe explicar";

"Versão Java, o próprio sistema do Governo que muitas vezes fica fora do ar";

"Em geral erros recorrentes do SPED";

"Os sistemas SPED possuem características que, em certas situações, ao cometer um erro é preciso reiniciar todo o processo"

"Não seria necessário importar dados de algumas informações de exercícios anteriores na ECF e ECD";

"As obrigações assessorias mais difíceis de ser enviadas são os SPEDs, são bem complexos e de difícil entendimento devido a quantidade de blocos etc"

"Podia ser mais simples, principalmente as declarações (SPED 'S)"

"Erros nos sites e programas da receita federal, erros nos SPEDs, erros nas atualizações de programas e informações da RFB" e

"Falta de informação de dados da empresa, infelizmente a maioria das empresas não enviam ao contador"

Considerando as dificuldades apontadas pelos profissionais da contabilidade em manusear os Speds, foi questionado se eles consideram que as informações prestadas nos diversos Speds são excessivas e repetitivas e, nesse quesito, o nível de adesão a essa afirmativa foi de 69,67%. Essa questão traz à tona o nível elevado de informações contábeis e fiscais exigido pelo Fisco nos diversos Speds. Como não bastasse a dificuldade em elaborar os Speds, os profissionais da contabilidade devem replicar as mesmas informações nas diversas declarações. Parece que o Fisco deseja apurar inconsistências por informações geradas pela própria empresa, além do confronto de dados que ele faz com outras declarações, enviadas por outras empresas. O relato dos profissionais da contabilidade a seguir retrata essa situação:

"O maior problema por mim encontrado é o volume de obrigações acessórias, demandamos muito tempo só preenchendo declarações"

"Excesso de informações além da instabilidade de sistemas"

"Muitas informações duplicadas indo para o fisco, tinha que ser mais centralizado"

Em relação à parametrização da nota fiscal para que a empresa possa emitir documento comprobatório das suas operações fiscais, constatou-se que a nota fiscal comercial é mais difícil de parametrizar do que a nota de serviço, apurando a nota fiscal comercial pontuação de 253,5 e a nota de serviço a pontuação de 346,75. A diferença esperada fundamenta-se na ideia de que

a nota fiscal comercial tem um elevado número de informações fiscais e tributárias para ser inserido na parametrização, o que difere da parametrização da nota fiscal de serviço. A adesão à afirmativa acerca da facilidade em parametrizar as notas fiscais comerciais e de serviços é de 37,72% e 50,91% respectivamente.



Os profissionais da contabilidade brasileiros julgam ser complexo à apuração do imposto mensal cabível na pequena e média empresa. No caso das empresas brasileiras, há que se destacar que a declaração do faturamento deve ser inserida de acordo com o anexo que a empresa está inserida no regime do Simples Nacional



Em relação à dificuldade para enviar informações fiscais das pequenas e médias empresas, constatou-se que a dificuldade relacionada à declaração de faturamento informada mensalmente no PGDAS, em que a partir desse faturamento declarado é que se apura

o imposto a pagar no DAS, constatou-se que os pontos de 347,25 indicam uma adesão à afirmativa de 50,99%. Ou seja, os profissionais da contabilidade brasileiros julgam ser complexo à apuração do imposto mensal cabível na pequena e média empresa. No caso das empresas brasileiras, há que se destacar que a declaração do faturamento deve ser inserida de acordo com o anexo que a empresa está inserida no regime do Simples Nacional. Ou seja, as pequenas e médias empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional devem informar o faturamento tributável de acordo com sua forma de atuação: se comércio, se indústria ou se prestadora de serviço, e, além das atividades, devem-se ainda verificar questões tributárias específicas a cada uma das atividades. Mesmo a empresa tendo o enquadramento como pequena ou média, existem uma série de características tributárias que tornam a gestão tributária e o cálculo dos impostos complexo. Já na declaração anual Defis, obrigatório para empresas optantes pelo Simples Nacional, apurou-se que os pontos auferidos em relação à facilidade de prestar as informações ali solicitadas é de 319,25, perfazendo adesão à afirmativa de 46,87%. Dessa forma, constata-se que o informativo anual de cunho contábil e fiscal das pequenas e médias empresas exigem informações de média à elevada complexidade de apuração pelos profissionais da contabilidade brasileiros. Nesse ponto, vale frisar que nas questões dissertativas descritas pelos profissionais da contabilidade brasileiros foi pontuado sobre as dificuldades que muitos possuem com o acesso à internet, em que é precário, impedindo assim o envio dessas informações da empresa ao Fisco.

Em relação à simplificação das informações contábeis e fiscais das

pequenas e médias empresas brasileiras, a maioria dos respondentes julgam que essas empresas fornecem informações de forma exaustiva, e declaram que concordam, sim, que deveria haver uma redução nas obrigações acessórias tributárias e fiscais para as pequenas e médias empresas. A pontuação dessa questão foi de 437,75 em um total de 681 pontos possíveis, perfazendo uma adesão à afirmativa de 64,28%. O profissional da contabilidade brasileiro urge por enviar menos informações das pequenas e médias empresas ao Fisco.

Em relação ao cruzamento de dados contábeis e fiscais que o Fisco faz com intuito de descobrir sonegação tributária possivelmente praticada pelas empresas, os profissionais da contabilidade acreditam que o cruzamento de dados das empresas optantes pelo lucro real é mais fácil em o Fisco apurar inconsistências de sonegação do que as empresas que optam pelo Lucro presumido ou Simples Nacional. A pontuação para a afirmativa de que o sistema de cruzamento de dados do Fisco é falho e não apura sonegação fiscal para as empresas que optam pelo Lucro real foi de 275; para Lucro presumido foi de 310; e para o Simples foi de 393,75. Dessa forma, a crença de que as empresas Lucro real estão mais expostas a serem autuadas pelo Fisco por sonegação devido a fiscalização mais intensa para esse grupo de empresas é evidenciada na pesquisa. A crença dos profissionais da contabilidade de que pequenas e médias empresas não são o foco da fiscalização tributária e que estas empresas não são alvos de fiscalização é mostrada no grau de adesão dos respondentes em relação à afirmativa de que o regime tributário escolhido pela empresa, afeta, ou não, na possibilidade de o Fisco apurar inconsistências tributárias por sonegação de impostos. A pesquisa revela que, no entendimento

do profissional da contabilidade, quanto mais complexo o sistema tributário escolhido pela empresa, mais chances ela possui de sofrer fiscalização acerca da sonegação tributária. Os níveis de adesão à afirmativa em que procurou saber dos profissionais da contabilidade se o cruzamento de dados do Fisco com intuito de apurar sonegação fiscal é falho foi de 57,81%, 45,52% e 40,38%, respectivamente, para empresas Simples Nacional Lucro Presumido e Lucro real.



A sensação de que o profissional investe muito tempo para cuidar da parte fiscal das empresas é revelada pelos brasileiros. Certamente, o regime tributário da empresa é preponderante para alavancar a complexidade e o tempo dedicado pelo profissional para cuidar das questões tributárias.



Dessa forma, na opinião dos profissionais da contabilidade, o sistema do Fisco para apurar sonegação fiscal é mais falho nas empresas que optam pelo Simples do que no Lucro real.

A pesquisa revela também que os profissionais da contabilidade têm dificuldade em apurar o lucro tributável

nas empresas que optam pelo Lucro real. A pontuação de 239,5 revela que a afirmativa de que é fácil apurar o lucro tributável no regime do lucro real teve adesão de apenas 35,16% dos respondentes. Nesse regime tributário, as empresas partem do lucro contábil até chegar ao lucro fiscal efetuando adições e exclusões. Esse regime é complexo à medida que se tem uma série de itens que devem ser avaliados individualmente, se de facto devem, ou não, ser adicionados e/ou excluídos da base do imposto.

A sensação de que o profissional investe muito tempo para cuidar da parte fiscal das empresas é revelada pelos brasileiros. Certamente, o regime tributário da empresa é preponderante para alavancar a complexidade e o tempo dedicado pelo profissional para cuidar das questões tributárias. Dessa forma, os profissionais da contabilidade brasileiros declaram que quanto maior o porte da empresa, mais tempo se gasta com trabalhos na área fiscal. O relevante nesse quesito da pesquisa, é comparar a diferença apurada na assertividade das afirmativas entre o tempo dispendido para cuidar da parte fiscal das pequenas empresas, se comparado com as grandes empresas. O nível de adesão à posição de que se gasta muito tempo com as questões tributárias das empresas pequenas foi de 63,95% para as pequenas empresas e de 76,87% para as grandes empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apurados oriundos dos profissionais da contabilidade brasileiros, concluímos que:

a) o nível de burocracia encontrada pelos profissionais da contabilidade brasileiros é muito elevado com média de 8,93 numa escala de 1 a 10;

b) os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que a universidade não prepara para ser atuante no mercado de trabalho contábil e fiscal, sendo o nível de adesão da afirmativa de 86,44. Corrobora-se desse modo que na opinião dos contadores é necessário melhorar o ensino universitário focado em práticas contábeis e/ou que a complexidade tributária apresenta constante mudanças e uma vez formado, como a mudança tributária é constante, o que se aprendeu na universidade pode ter mudado, ao se praticar;

c) os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que, para ser atuante na área fiscal, é necessário fazer cursos livres, sendo o nível de adesão da afirmativa de 86,86%. Esse número é muitíssimo elevado corroborando a tese de que o aprendizado contínuo é inerente para a atuação do profissional que deseja gerar informações para o Fisco;

d) a parametrização das notas fiscais são complexas no Brasil, sendo o nível de adesão a afirmativa acerca da facilidade de parametrização de 56,79% e 58,87% para empresas comerciais e de serviços, respectivamente. Nitidamente as informações fiscais contidas em notas fiscais no Brasil são demasiadas. A dificuldade na parametrização das notas são discrepantes, sendo muito mais difícil a nota comercial do que a de serviços;

e) os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que muitas informações prestadas ao Fisco nas obrigações acessórias são repetitivas e deveriam ser reduzidas. O nível de adesão da afirmativa é de 69,67%. Existe, sim, a sensação de o profissional elaborar o trabalho duplo;

f) as informações concedidas pelas pequenas e médias empresas no Brasil, referentes às empresas que optam

pelo Simples Nacional são difíceis de serem apuradas pelos profissionais da contabilidade brasileiros. Para a questão de que as informações prestadas anualmente pelas empresas pequenas e médias ao Fisco são fáceis de serem apuradas como total de despesas auferidas, saldo inicial e final de caixa e valor do lucro distribuído; o nível de adesão à afirmativa foi 46,68%. Conclui-se que a informação anual ou trimestral



Os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que muitas informações prestadas ao Fisco nas obrigações acessórias são repetitivas e deveriam ser reduzidas. O nível de adesão da afirmativa é de 69,67%. Existe, sim, a sensação de o profissional elaborar o trabalho duplo.



das pequenas e médias empresas não é simples de se conseguir, para em seguida se informar. No Brasil, as empresas que optam pelo Simples fazem a Defis anualmente. Foi apurado também o nível de dificuldade das pequenas e médias empresas para fornecerem informações para o Fisco. Constatou-se que nas empresas brasileiras, recorrentemente

o sistema do Governo apresenta falhas e erros impedindo o profissional da empresa em informar o faturamento no PGDAS ou a declaração anual Defis; e o nível de reporte da dificuldade foi de 49,92%;

g) no Brasil, as diversas informações contábeis e fiscais são enviadas pelos Speds, e o manuseio delas é muito complexo, bem como a apuração recorrente de erros que impendem do envio das informações para o Fisco. Ficou claro que o nível de adesão às afirmações em relação aos Speds é baixíssimo, em que enviar informações contábeis e fiscais é algo complexo no Brasil;

h) em relação ao envio de informações relacionadas aos eventos de folha de pagamento e seguridade social, no Brasil é feito através do E-social cujo nível de dificuldade para manuseio foi elevadíssimo, sendo o Sped E-Social o mais difícil de todos os existentes para ser manuseado, com nível de assertividade de 29,14% para a afirmação se é fácil ser manuseado;

i) em relação ao tempo dispendido para atuar na área fiscal das pequenas e médias empresas, constatou-se que na questão sobre a prestação de informações contábeis e fiscais das empresas de pequeno e médio porte demanda-se muito tempo; o nível de adesão dessa afirmação no Brasil foi de 63,95%. Já em relação ao tempo dispendido para atuar na área fiscal das grandes empresas, apurou-se um nível de adesão de 76,87 para os brasileiros;

j) em relação à possibilidade de o Fisco encontrar sonegação fiscal possivelmente praticada pelas empresas, constatou-se que, no Brasil, a crença dos profissionais da contabilidade brasileiros é que quanto maior o porte da empresa, mais chances ela tem de ser notificada e autuada pelo

Fisco. Os níveis de assertividade para esta questão, se a empresa Simples Nacional, Lucro presumido ou Lucro real sofrer cruzamento de dados não permitirá o Fisco encontrar sonegação foi de 57,81%, 45,52% e 40,38%, respectivamente. Conclui-se que as empresas de pequeno e médio porte que optem pelo Simples Nacional tem, na opinião dos profissionais da contabilidade, menos chances de sofrerem autuações fiscais do que as empresas de grande porte, que optam pelo Lucro real.

k) em relação à dificuldade, ou não, de apurar o lucro tributável pelas empresas de grande porte através do regime tributário do Lucro real, os profissionais da contabilidade brasileiros apresentam um nível de adesão de 35,16%, quando questionados se é fácil apurar o lucro fiscal. Conclui-se que a tarefa de apuramento do lucro fiscal no Brasil cabível às empresas de grande porte é mais difícil do que em Portugal; e

l) fazendo uma análise das respostas dissertativas dos profissionais da contabilidade brasileiros fica claro que eles se deparam recorrentemente com problemas: erros ao enviar as informações, sistemas inoperantes, falha na comunicação ao enviar as informações das empresas para o Fisco, elevada burocracia, complexas leis tributárias, entre outros aspectos. Dessa forma, atuar como profissional da contabilidade depende de conhecimento mínimo em tecnologia e suporte, bem como operar com equipamentos adequados para fazerem a integração dos dados com facilidade.

Posto isto, conclui-se que o sistema tributário brasileiro apresenta um arcabouço prático para os profissionais da contabilidade demasiadamente difícil de

ser manuseado. O sentimento que o Fisco apurará sonegação fiscal possivelmente praticada pelas empresas é muito mais evidente no Brasil, principalmente nas grandes empresas. A sensação de prestar informação em demorado, às vezes duplicada; é um sentimento inerente ao profissional da contabilidade. O grande número de Speds a ser enviado pelas empresas apresentam erros constantes e dificulta o envio das informações. O número elevado de obrigações acessórias e os erros inerentes ao envio dessas informações corroboram para uma prática contábil com elevado nível de stress. A necessidade por atualização constante na área contábil e tributária e a sensação de a universidade não preparar o formado para atuar na área contábil são sentimentos em elevado grau, em que ele deve recorrer à educação continuada.

“
A necessidade por atualização constante na área contábil e tributária e a sensação de a universidade não preparar o formado para atuar na área contábil são sentimentos em elevado grau, em que ele deve recorrer à educação continuada.
 ”

REFERÊNCIAS

BARNETTE, J.J. (2000). Effects of Stem and Likert response option reversals on

survey internal consistency: if you feel the need, there is a better alternative to using those negatively worded stems. *Educational and Psychological Measurement*. v. 60, n. 3, pp. 361-370.

COELHO, J. C. (2009). E-Governo e comunicação: Estudo do portal da Prefeitura de Juiz de Fora. Minas Gerais: [s.n.], 2009. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3393/1/juliocezarcoelho.pdf>. Consultado em 02/02/2020.

DALMORO, M. e VIEIRA, K. M. (2013). Dilemas na construção de escalas tipo-Likert: O número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, Edição Especial, pp. 161-174.

FERRER, F. e SANTOS, P. (2004). E-government: O Governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva.

GERON, S.; MORAES, C; FINATELLI, J. R.; DE FARIA, A. C. e ROMEIRO, M. do C. (2011). SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 5, n. 2, pp. 44-67.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R. e ARICA, J. (2010). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, v.11, n.2, p.85-103, 2010. DOI: 10.22456/1983-8026.9321.

HELBIG, N. C.; GIL-GARCÍA, J. R. and FERRO, E. (2005). Understanding the complexity in Electronic Government: implications from the digital divide literature. *Proceeding*. In: *Eleventh Americas Conference on Information Systems*, Omaha, NE, USA.

LEMOS, A. (org.) (2007). Cidade digital: Portais, inclusões e redes no Brasil. Salvador: EDUF-BA.

LENIHAN, D. (2002). Realigning Governance: From e-Government to e-Democracy. Centre for Collaborative Government. Disponível em: <http://www.crossingboundaries.ca/files/cg6.pdf>. Consultado em 12/02/2020.

MARTINUZZO, J. A. (2008). E-gov e as novas implicações político-comunicacionais: A questão dos cartões corporativos do Governo Federal. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1135-1.pdf>. Consultado em 09/03/2020.

MORA, M. (2005). Governo Eletrônico e aspectos fiscais: A experiência

brasileira. Brasília: IPEA [Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4270. Consultado em 23/01/2020.

MATTHIENSEN, A. (2011). Uso do coeficiente Alfa de Cronbach em avaliações por questionário. Documento 48, EMBRAPA Roraima, Boa Vista-PR.



Fellipe Matos Guerra

Pós – doutorando e doutor em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal.



Luís Borges Gouveia

Doutor em Ciência da Computação pela Universidade de Lancaster. Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa/Portugal.